



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

VALDIR BARBOSA LIMA NETO

**A AURORA DE UMA CLÍNICA SOB OS ANÚNCIOS DE SUA CRISE: UMA
ARQUEOGENALOGIA DO ESPAÇO CLÍNICO PSICOLÓGICO NO BRASIL**

FORTALEZA

2019

VALDIR BARBOSA LIMA NETO

A AURORA DE UMA CLÍNICA SOB OS ANÚNCIOS DE SUA CRISE: UMA
ARQUEOGENALOGIA DO ESPAÇO CLÍNICO PSICOLÓGICO NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L711a Lima Neto, Valdir Barbosa.
A Aurora de uma Clínica sob os Anúncios de sua Crise : Uma Arqueogenalogia do Espaço Clínico Psicológico no Brasil / Valdir Barbosa Lima Neto. – 2019.
84 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides.
1. Clínica Psicológica. 2. Crise. 3. Formação . 4. Arqueogenealogia. I. Título.

CDD 150

VALDIR BARBOSA LIMA NETO

A AURORA DE UMA CLÍNICA SOB OS ANÚNCIOS DE SUA CRISE: UMA
ARQUEOGENALOGIA DO ESPAÇO CLÍNICO PSICOLÓGICO NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea.

Qualificado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Felipe Figueiredo de Campos Ribeiro
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof^a. Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr. Marcio Arthoni Souto da Rocha
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Valdir Júnior e Ana Paula

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são, talvez, um dos momentos mais difíceis de se escrever em um final de jornada como esta. Contudo, a dificuldade não está na falta de palavras ou de pessoas para ser grato, acredito que a dificuldade está exatamente no oposto disso. O sentimento de gratidão é imenso e são muitos aqueles que me ajudam no caminhar desse percurso. Afinal a conciliação do mestrado com trabalho mostrou-se uma árdua missão ao longo desses dois anos.

Sem dúvidas, inicio essa tentativa de expressar minha gratidão primeiramente mencionando minha esposa, Lílian Lima Queiroz, que em todos os momentos esteve ao meu lado, incentivando, motivando e puxando minhas orelhas quando eu exagerava ou quando faltava algo nesse processo. Ajudando inclusive na revisão e correção do texto final, sem sua parceria e compreensão, essa jornada não seria possível. Em seguida agradeço aos meus pais, Ana Paula Sampaio Barbosa e Valdir Barbosa Junior, que mesmo sentindo meu afastamento por conta das atribulações, sempre mantiveram suas orações e seus cuidados direcionados a mim o tempo inteiro. De igual modo meus segundos pais, Angela Queiroz e José Carlos Queiroz, que em muitos momentos ajudaram com acolhimento e apoiando incondicionalmente em todas as horas.

Agradeço em seguida a meus companheiros de trabalho no Instituto Sherpa, local onde encontro e reencontro minha realização profissional todos os dias, também por isso foi onde dediquei muito de meu tempo em paralelo a pós-graduação. Eduardo, Debora, Ayra, Adriano, Alexandre, Jessica, Erika, Sr. Valdir, Diana, Valéria e Luana sem suas mãos e pernas para segurar o tranco, eu não conseguiria chegar em local algum.

Agradeço imensamente a meus amigos e parceiros do grupo de pesquisa, Adryssa, Felipe, Jesiel, Paulo Henrique, Kércio, Ariadne, Lucas e Nana, vocês deixaram minhas sextas mais vivas nesses últimos dois anos. Contribuíram diretamente em todo o momento não só com conhecimento e criticidade, mas também com leveza e sempre com muito cuidado e atenção, aprendi muito com todos e admiro cada um de vocês. Não seria exagero algum dizer que esse texto final é de nossa autoria coletiva junto com nosso orientador.

Sou grato a meu "sensei", Afonso H. Lisboa da Fonseca, quem me ensinou que o verdadeiro mestre é aquele que não procura discípulos, certamente foi com ele junto as primeiras provocações de meu amigo Rafael Gomes, que toda minha inclinação nietzscheana se enraizou em meu espírito acadêmico. Sou profundamente grato a vocês todo o aprendi

Agradeço a meu orientador, Pablo Severiano Benevides, pela fé depositada em mim desde as primeiras linhas escritas, sua confiança em seus orientandos certamente é o segredo da força e da potência do grupo de pesquisa rico e diverso que você construiu. Você me ensinou a pesquisar de uma forma que nunca pensei, assumindo riscos, com vigor, com coragem e por inteiro. Com toda certeza foi com você e nosso grupo que aprendi o pouco que sei sobre Foucault e sobre a arqueogenealogia, ferramentas que me fílgaram e agora fazem parte de toda minha perspectiva crítica, analítica e acadêmica. Por esse privilégio e por essa maldição, eu lhes agradeço.

Agradeço aos professores de minha banca avaliadora, que desde os primeiros contatos foram generosos, abertos e contribuíram fundamentalmente para o caminhar da pesquisa. Além de se doarem para ler estas páginas e aceitarem em circunstâncias adversas ajudar com este trabalho. Muito obrigado, professora Ana Carolina Borges Leão Martins, e aos professores Felipe Figueiredo de Campos Ribeiro e Márcio Arthoni Souto da Rocha.

Por fim, agradeço a meus alunos e paciente, pois de algum modo é para fazer algo por eles e mesmo junto a eles, que travo essa empreitada como pesquisador.

“A psicologia, em contrapartida, nasce nesse ponto no qual a prática do homem encontra sua própria contradição [...] O problema da psicologia contemporânea - e que para ela própria é um problema de vida e de morte – é saber em que medida ela consegue dominar as contradições que a fizeram nascer [...] À essa pergunta a própria história da psicologia deve responder”

(FOUCAULT, 2014, p. 135).

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise sobre a constituição das práticas profissionais e acadêmicas da clínica psicológica nacional, emergentes sob os anúncios de sua crise. Tomando os discursos que compõem um mosaico de narrativas sobre o surgimento da clínica psicológica no Brasil no começo dos anos 1960 e os enunciados de sua crise a partir do final dos anos 1970 até a atualidade, acompanhando os crescentes ataques à constituição da clínica psicológica. Curiosamente, junto a tais discursos, percebe-se o fortalecimento do “social” como espaço ampliado de práticas em psicologia, convergindo para novas formações discursivas que afirmam a necessidade da ampliação e transformação da psicologia contemporânea. Situados E, em sua maioria, no debate sobre a formação do psicólogo, percebe-se que a maioria dos discursos que versam sobre a crise da clínica psicológica, acionam uma narrativa que prega a necessidade de uma construção de uma nova concepção de subjetividade para a atualização e a expansão da formação e atuação do psicólogo. Nesse sentido, empreende-se uma investigação arqueogenealógica sobre os discursos que criticam e atacam a clínica psicológica no intuito de flagrar as emergências de tal forma-sujeito, no espaço curricular dos psicólogos, em meio a sua prática profissional. O trabalho organiza-se em três momentos: primeiro aborda uma história sobre a dita crise da psicologia clínica no Brasil, analisando as narrativas acionada no desenho de tal crise. Em seguida, explicita as ferramentas de pesquisa, esclarecendo os pontos da abordagem da pesquisa utilizada. Por fim, empreende-se uma análise sobre a formação histórica do ensino superior da psicologia no país, junto aos movimentos de profissionalização do psicólogo, acompanhando as práticas discursivas que passam a anunciar a crise na psicologia brasileira e, contudo, explicitam a solução dentro da formação profissional. Ainda nesse momento, relacionam-se os acontecimentos emergentes na história das narrativas formativas e curriculares da psicologia brasileira com projetos pedagógicos. Isso, no intuito de perspectivar a nova-forma de subjetividade que se apresenta nas formações da atual psicologia brasileira. Perspectivando que, enunciado como um novo desafio para o psicólogo contemporâneo, o discurso sobre a crise da clínica psicológica parece se converter num emaranhado de novos contornos para a ciência e para a profissão dos psicólogos brasileiros, sob o horizonte de debates epistemológicos, éticos, técnicos e metodológicos sobre a constituição de uma nova forma-sujeito para a psicologia, na perspectiva de efetivar, com isso, uma nova forma-profissão que sussurram e efetivam, com primorosa discrição, o fortalecimento do poder clínico, ampliado sobre todos os horizontes de atuação psicológica.

Palavras-Chave: Clínica psicológica, Crise, Formação, Arqueogenealogia.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the constitution of the professional and academic practices of the national psychological clinic, emerging under the announcements of its crisis. Taking the discourses that compose a mosaic of narratives about the emergence of the psychological clinic in Brazil in the early 1960s and the statements of its crisis from the late 1970s to the present day, was follow the increasing attacks on the constitution of clinical practices in psychology. Curiously, along with such discourses, this was perceive the strengthening of "social" as an expanded space of practices in psychology, converging to new discursive formations that affirm the necessity of the expansion and transformation of contemporary psychology. Most of them are situated in the debate about the formation of the psychologist, this was perceive that most of the discourses that deal with the crisis of the psychological clinic trigger a narrative that preaches the need to construct a new conception of subjectivity for the updating and expansion of the formation and performance of the psychologist. In this sense, we will undertake an archeogenealogical investigation on the discourses that criticize and attack the psychological clinic in order to catch the emergence of such subject-form in the curricular space of psychologists, in the midst of their professional practice. This work will be organize in three moments, where will first address a story about the so-called crisis of clinical psychology in Brazil, analyzing the narratives triggered in the design of such a crisis. Next, we'll spell out our research tools, with the goal of tuning our pace with the reader, and clarifying points in our research approach. Finally, it will be undertake an analysis of the historical formation of higher education of psychology in the country, along with the professional movement of the psychologist, accompanying the discursive practices that begin to announce the crisis in Brazilian psychology and yet explain the solution within vocational training. At that moment, It will be relate the emergent events in the history of the formative and curricular narratives of Brazilian psychology, with pedagogical projects, in order to perspective the new form of subjectivity that presents itself in the formations of the current Brazilian psychology. Perspecting that as a new challenge for the contemporary psychologist, the discourse on the crisis of the psychological clinic seems to become a tangle of new contours for science and for the profession of Brazilian psychologists, under the horizon of epistemological, ethical, technical debates and methodological questions about the constitution of a new subject-form for psychology, with a view to effecting a new form-form-profession which whisper and effect with exquisite discretion the strengthening of clinical, expanded under all horizons of psychological action.

Keywords: Psychological Clinic, Crisis, Formation, Archeogenealogy

SUMÁRIO

1. A GESTAÇÃO DE UMA CRISE: UMA BREVE ESTÓRIA DA CLÍNICA PSICOLÓGICA NO BRASIL.....	14
1. Os primeiros passos são arquitetados: os inícios da psicologia no brasil.....	14
2. A ascensão do social: “Para uma nova psicologia”.....	18
3. A estratégia de uma clínica para todos: a redescoberta do psicólogo clínico.....	24
2. SABERES E SABORES DE UMA INVESTIGAÇÃO: APRESENTANDO OS INGREDIENTES DA PESQUISA.....	32
2.1 . A Arqueologia: Outro modo de se tratar a história.....	34
2.2. A Genealogia como análise histórica e política da verdade.....	40
3. A REEDUCAÇÃO DOS CLÍNICOS – PARA UMA NOVA FACE DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA.....	48
3.1. Os primeiros passos de uma formação em psicologia no Brasil.....	49
3.2. A Fermentação da Clínica Psicológica nos Cenários das Práticas Psi Brasileiras.....	53
3.3. Os traços de uma nova forma de subjetividade na formação dos psicólogos.....	63
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A EXPANSÃO DOS ESPAÇOS CLÍNICOS E AS PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS NA ORGANIZAÇÃO PSI BRASILEIRA.....	73
REFERÊNCIAS	79

1. A GESTAÇÃO DE UMA CRISE: UMA BREVE ESTÓRIA DA CLÍNICA PSICOLÓGICA NO BRASIL

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(FOUCAULT, 2007, p.13)

1.1. Os inícios da psicológica e sua intempestiva crise

Uma crise incontornável parece atingir a psicologia clínica no Brasil. Pelo menos é o que afirmam alguns autores que, desde o final do século passado, vêm abordando cada vez mais a necessidade de transformar a clínica psicológica contemporânea, ampliá-la e fazê-la mais crítica com o objetivo de validar sua condição de existir na atualidade (TEXEIRA, 1997; FERREIRA NETO, 2002; DUTRA, 2004; PORTELA, 2008; ARAUJO, 2010; BRITO et al, 2015).

O raciocínio que suas falas nos convidam a assumir é que, na atualidade, o alvo e o público da psicologia clínica não seria mais o mesmo que fora no século passado. Até mesmo os lugares de atuação profissional teriam se transformado e expandido, de modo que novas demandas emergiram e, com elas, novos projetos e campos de inserção passariam a exigir atualização e ampliação da clínica psicológica brasileira (DUTRA, 2004; PORTELA, 2008; ARAUJO, 2010).

A assim chamada “psicologia clínica tradicional”, que seria entendida por alguns como um espaço de atendimento em consultórios privados, voltado para demandas particulares e íntimas de cada pessoa, traduzido por linguagens técnicas e conceituais, capaz de promover autonomia aos indivíduos para lidar com suas próprias dificuldades de ajustamento social, familiar e/ou existencial, foi percebida, durante boa parte das estórias da Psicologia no Brasil até hoje, como a fina flor da profissão de psicólogo (FIGUEIREDO, 2011). Sob os seus holofotes, a maior parte da identidade social e cultural do psicólogo foi culturalmente, sendo

ainda reconhecida como a área de maior concentração de profissionais atuantes e obtendo certa dominância frente aos demais cenários de atuação (RECHTMAN, 2015).

Dentre essas áreas de atuação, a clínica estabeleceu-se rapidamente como sendo a mais nobre. Marcou de modo intenso não somente os currículos, como também o imaginário social da figura do psicólogo. Este passou a ser cada vez mais identificado com a condição de clínico. A psicologia clínica tornou-se a área que sempre concentrou maior carga horária curricular nos cursos de graduação e funcionou como equivalente geral do que socialmente se entende como sendo a atividade precípua do psicólogo (FERREIRA NETO, 2010, p.132).

Diversos autores identificam e compreendem que a clínica psicológica foi uma das principais áreas de inserção e crescimento profissional dos psicólogos no país (FIGUEIREDO, 2011; DIMENSTEIN, 2000, SOARES, 2010; FERREIA NETO, 2010). Conta-se que foi por meio de inserções acadêmicas em pesquisas laboratoriais e produções científicas, sobretudo dentro do reino das instituições de ensino médicas, que a clínica psicológica, embalada pela medicina, adubou o solo para o florescimento e inserção profissional no mercado de trabalho dos psicólogos (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003). De modo que, credita-se à psicologia clínica boa parte do crescimento profissional e da inserção social do psicólogo no país.

Já no século XIX, eram encontradas teses de doutoramento e de verificação de títulos tematizando a Psicologia, sobretudo na Bahia e no Rio de Janeiro. No início do século XX, percebia-se o interesse da medicina pela aplicabilidade da ciência psicológica, com a criação, por exemplo, do Laboratório de Psicologia Experimental dentro da *Colônia de psicopatas do Engenho de Dentro*, no Rio de Janeiro, instituído pelo Ministério da Educação como primeiro centro de pesquisa no país em psicologia. O laboratório ensaiou as primeiras pretensões em desenvolver uma formação superior em ciência psicológica, constituindo-se como um núcleo de pesquisa científica e formação de psicólogos, por meio de práticas psicoterapêuticas e aplicações de testes – práticas estas que, para muitos, tornaram-se marcas registradas das atividades do psicólogo no Brasil (PENNA, 1980).

Dos anos 20 aos anos 30, a forte vinculação médica é decisiva e marcante para a profissão, sobretudo para a clínica psicológica, profundamente influenciada pela psiquiatria e pela psicanálise (SOARES, 2010). Nos anos seguintes, a psicologia passa a ser ensinada como curso de especialização.

Durante os anos 1930 a psicologia foi ganhando cada vez mais espaço dentro das instituições universitárias na formação de outros profissionais. [...] O psicólogo habilitado legalmente deveria frequentar os três primeiros anos de filosofia, biologia, fisiologia, antropologia ou estatística e fazer então os cursos especializados de psicologia. Com a formação dos denominados especialistas em psicologia iniciou-se oficialmente o exercício dessa profissão (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003, P.23).

Contudo, é na década de 1960 que ocorre a regulamentação definitiva da profissão, seguida da oficialização do que se considerou o primeiro curso de graduação na área. A Lei Nº 4.119, de agosto de 1962, sintetiza os objetivos da atuação do psicólogo no artigo quarto, em precisamente quatro pontos: a) diagnosticar; b) orientar e selecionar profissionais; c) orientar pedagogicamente; d) solucionar problemas de ajustamento (BRASIL, 1962).

Reconhece-se desde os primeiros documentos a marca das práticas clínicas nas atividades do psicólogo e, entre o final dos anos 1960, sobretudo nos anos 1970, ocorre o crescimento das práticas clínicas psicoterapêuticas e psicanalíticas. Este processo é percebido como coincidente ao florescimento de uma classe média urbana, efeito de um processo de industrialização e de crescimento econômico, graças ao que foi chamado “milagre econômico brasileiro”. Lembram-nos do governo de regime militar ocorrido de 1964 à 1985 no Brasil, período onde os importantes primeiros passos foram dados pelos psicólogos para a construção e formalização profissional. Foi, portanto, sob o solo sociopolítico do regime de um governo militar que se deu o desenvolvimento da profissão e da ciência psicológica brasileira, desenvolvimento este com influências marcadamente autocráticas expressas pelo estado da época (RECHTMAN, 2015).

É sabido que a análise dos anos 1960 e 1970, no Brasil, é fundamental para se compreender alguns dos traços adquiridos pela profissão de psicólogo, em sua nascente institucionalização, em plena ditadura militar. Urbanização acelerada, modernização social, formação e ampliação das classes médias urbanas, difusão dos valores individualistas, associados à repressão política, à censura e, contraditoriamente, à revolução de valores, por meio da liberação individual, são o singular caldo de cultura em que se vai promover o “boom” da expansão da Psicologia na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2009, P.120-121).

O contexto do que alguns autores chamam de *boom* da psicologia é perpassado pelo clima de terrorismo de Estado – o que foi assinalado pelos que contam a história do regime militar, que produziu um implacável combate a todo e qualquer movimento popular ou individual que pudesse antagonizar com o governo (COIMBRA, 1995).

Não custa lembrar o que nos falam da época da guerra fria, e do tempo onde parecia que o temor do perigoso comunismo, que rondava as vizinhanças do país, ajudava a instalar vários regimes militares na América Latina. Era preciso que o governo tivesse cuidado e constante vigilância para não se deixar influenciar pelo comunismo. Os jovens e as crianças, seres humanos ainda em formação, precisariam de atenção; com isso, a família passa a ser colocada como o aparato principal na regulação e manutenção da saúde social do país. As famílias de classe média e classe alta tornam-se, então, o grupo focal para conter a ameaça dos subversivos, pois é no trato das famílias que toda uma ênfase no indivíduo e na vida privada

passa a ganhar atenção dos especialistas (COIMBRA,1995; OLIVEIRA, 2009; FERREIRA NETO, 2010).

Na esteira desses acontecimentos correlatos a um cenário político nacional ditatorial, assistimos ao crescimento da valorização da intimidade, em especial pela classe média, e de uma preocupação com as emoções particulares, em uma época “[...] onde o mundo exterior parece nos decepcionar, parece vazio e sem atrativos, fortalece, deste modo, a privacidade familiar e a interiorização das pessoas (COIMBRA, 1995, p.33).

Paralelamente a uma intensa repressão política, o regime militar obteve sucesso no plano macro econômico, levando o País a taxas de crescimento da ordem de mais de 10% ao ano, especialmente no período conhecido como “milagre econômico” (1968-1973). O regime desempenhou um papel catalisador de promoção da indústria, comércio e consumo interno; este essencialmente entre as classes média e alta da população, dentro dos padrões do capitalismo industrial. Essas classes sociais experimentaram processos de subjetivação, típicos das sociedades industriais modernas, caracterizados por uma alta valorização da interioridade psicológica, o que as transformaram em ávidas consumidoras dos serviços psicológicos prestados pelos profissionais psicólogos (FERREIRA NETO, 2010, p.132).

A clínica psicológica, configurada em meio às práticas psicanalíticas e psicoterapêuticas, pareceria atender à manutenção dessa institucionalização da segregação intimista e particularizada de cada pessoa, respondendo às demandas de ajustamento e conflitos individuais e familiares – o que passou a ser compreendido, em larga medida e em sentido prospectivamente pejorativo, como certa “psicologização” da classe média urbana. O psicólogo clínico ou o psicanalista, era o especialista certo, que a partir de “[...] sua providencial neutralidade, ‘simplesmente verifica o desejo de seu cliente’, promovendo maior autonomia para os sujeitos em terapia. A família torna-se consumidora ávida de tudo o que pode ajudá-la a realizar-se” (COIMBRA, 1995, P.36-37).

Tínhamos aí, contam-nos, as condições de existência de um clima sócio-cultural que se constituiu como berço da ascensão de uma classe ávida a se realizar e crescer individualmente, ao mesmo tempo em que as ruas estavam cerceadas de vigilância, controle e perseguição. Assim, em um momento onde o público parecia enjaulado, o privado e o íntimo se constituíam como o espaço de liberdade possível. Foi nesses modos, então, que a ciência psicológica conquistou espaço, legitimando-se perante a sociedade, organizando-se, articulando técnicas e saberes, capilarizando-se por vários extratos do tecido social, sobretudo a partir de um serviço que atenderia às aflições emocionais e psicológicas de todos os que passaram a investir em seu próprio cuidado, bem estar e autoconhecimento (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003).

1.1. A ascensão do social: Para uma nova psicologia

A narrativa acerca da emergência da Psicologia Brasileira, entretanto, não se esgota na denúncia; mas, antes, faz desta o passo inicial e necessário para o anúncio de que mudanças estariam por vir nos anos seguintes. Tomou-se, de forma relativamente consensual, o final dos anos 1980 como marco de transformação da categoria. Com isso, é apresentado um novo projeto para as práticas institucionais em saúde e em assistência social, ensaiado desde o final dos anos 1970, que afetará de um modo ainda confuso e ambíguo a clínica psicológica, mexendo com suas estruturas (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FULHO, 2015).

Saindo de uma antiga “mentalidade” privatista-assistencial, com forte cunho mercadológico em atendimentos particulares, as práticas clínicas cresceram e se difundiram na direção de setores específicos em nosso país. Isso efetivou, na opinião de alguns autores, uma marcante exclusão ao acesso de muitos serviços em saúde – o que conflitava com a novas diretrizes sempre prontas a apontar a necessidade da promoção de saúde a todos e da incorporação de mais profissionais ao serviço público de saúde. Com isso, a psicologia logo seria escalada a adentrar nesses novos espaços de promoção de bem-estar físico, emocional e social, a partir de novos formatos de intervenção (MEIJA, 1984).

Ao lado da equidade e da universalidade, a Atenção Integral à Saúde foi resultado do compromisso entre a ciência brasileira e as demandas sociais, compondo exigência que passa a nortear legalmente todo o sistema de saúde do país, seja o público, seja a saúde complementar. Historicamente conduzido por vasto leque de profissões[...] O grande movimento social pela saúde permanece um dos mais atuantes, ainda hoje, na realidade brasileira (MOREIRA, 2009, p.75-76).

Como exemplos desses espaços podemos citar os Centros de Atendimentos Psicossociais (CAPS), os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), dentre outros – que, afirma-se, passaram cada vez mais a demandar respostas dos psicólogos em termos de uma intervenção diferente daquela realizada em consultório. Norteados pelas diretrizes do Sistema Único de Saúde, afinadas com as políticas públicas, a reforma psiquiátrica, o movimento de desinstitucionalização e as novas modalidades de atendimento emergentes na contemporaneidade (como, por exemplo, o plantão psicológico e a psicoterapia breve), alguns autores passariam a denunciar uma séria limitação da clínica psicológica, demonstrando grandes preocupações em relação à situação do clínico nessas novas perspectivas profissionais.

Faz-se necessário termos uma visão crítica em relação à clínica tradicional [...] centrada totalmente na doença e na cura daquele indivíduo, onde os mesmos acabam muitas

vezes, rotulando e caracterizando o sujeito pela sua doença. Há muitos aspectos que são extremamente importantes e devem ser levados em consideração para conhecer e entender o processo saúde-doença do sujeito, entre estes está a sua história de vida e uma escuta qualificada, por exemplo (BRITO et al, 2015, p.84).

Percebamos como todo esse discurso implicaria que a inserção nesses novos estratos estaria condicionada à adaptação as estas novas diretrizes em saúde, que preveem uma atuação multidisciplinar, voltada e preocupada, sobretudo, com uma população de baixa renda, em um formato de intervenção focada na prevenção, na informação e na educação popular e gratuita (BRITO et al , 2015).

Desse modo, o psicólogo necessitaria se imbricar nas instituições públicas de saúde, demandando dos profissionais concepções diferentes acerca de seus métodos e suas práticas, a fim de atender às novas demandas emergentes na própria profissão para dar conta das novas exigências que os próprios psicólogos tomariam para si. Afinal, aparentemente, o modelo clínico-particular de atendimento não parecia saber muita coisa sobre atendimento integral e gratuito a toda população (DIMENSTEIN, 2000).

Nesse sentido, a clínica psicológica passou a ser entendida como um instrumento destoante das novas perspectivas de atendimento público às pessoas e às comunidades, sendo acusada de ir de encontro às diretrizes de saúde nacional vigentes, privilegiando a atenção ao âmbito privado e exclusivamente burguês, cercando seus pacientes em salas de atendimento e afastando-o de suas matrizes comunitárias, culturais, relacionais e políticas – e, indo mais além, recebendo frequentemente a acusação de ser uma forma de praticar a psicologia que não consegue atingir a maior parte da sociedade. A psicologia clínica passaria a ser vista, portanto, como um enclave diante das novas conformações sociopolíticas que a própria profissão estava passando a assumir para si. Não só sua estrutura não conseguiria atingir os alvos que a saúde coletiva, por exemplo, pretendia atingir, como suas configurações privatistas e neoliberais estariam fadadas a estancar diante da necessidade crítica que os autores parecem demandar a partir das conformações oriundas das esferas públicas (DUTRA, 2004; MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007).

O surgimento das ciências humanas, inclusive o da Psicologia, esteve ligado aos interesses da nova detentora dos poderes político, econômico e social: a burguesia. [...] A prática clínica era, portanto, descomprometida com o contexto social, ou, ao contrário, comprometida com parte dele (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES 2006, p.614).

Enquanto na clínica psicológica os pacientes permanecerem encarados mediante uma compreensão intelectualista da subjetividade, configurada através da categoria do sujeito psicológico, conceitualizado e internalizado através das práticas clínicas e munido com a

neutralidade de um olhar técnico e diagnóstico, a clínica estaria presa à realidade particular de cada subjetividade, naturalizada a partir de concepções teóricas importadas da Europa e dos EUA (FERREIRA NETO, 2010).

Desse modo, as lentes especializadas das práticas clínicas construídas no Brasil do milagre nada conseguiriam ver ou dizer da então realidade subjetiva e social brasileira. Assim, amplos discursos que abordariam atividades clínicas em psicologia, como produto de um dispositivo que tenderia a produzir e perceber as pessoas com graus agravantes de miopia, passariam a ganhar fôlego dentro do cenário profissional, político e institucional da psicologia. Sobre isso, os autores afirmam:

Sem dúvida, é o sujeito psicológico que permeia os saberes e as práticas dos profissionais psi, concepção que surgiu a partir destes saberes e que é compatível com o *Zeitgeist* da modernização da sociedade brasileira e disseminação dos ideais individualizantes [...] existe uma problemática em relação à hegemonia desta concepção de subjetividade no campo psi, na medida em que ela não é contextualizada, relativizada, ou seja, na medida em que ela é universalizada como se fosse o único modelo de subjetividade possível, desprezando-se assim, a complexidade e a multideterminação do processo de subjetivação (DIMENSTEIN, 2000, p.100).

Portanto, os novos discursos democráticos pareciam entrar em conflito direto com a velha clínica psicológica, passando de fato a combatê-la, pelo menos até certo ponto, como veremos mais à frente. E os críticos, esses mesmos que abordamos a algumas páginas atrás, não aliviariam o histórico da psicologia no país. Interpretou-se com virulenta criticidade os discursos e os valores implícitos desde a constituição profissional do psicólogo brasileiro nos anos 1960. Alguns autores na psicologia, que chamaremos então de *reformadores da clínica*, passariam a refletir sobre o legado da história da psicologia clínica, problematizando suas ligações com as práticas médicas, influenciadas pelo período ditatorial em que se desenvolveu. Evidenciava-se que a “Psicologia cresceu comprometida com o capital e o consumo, servindo principalmente de suporte científico das ideologias dominantes e de auxílio na perpetuação do status quo” (DIMENSTEIN, 2000, p.101).

Desse modo, a psicologia, em sua face clínica, seria impregnada pela ótica diagnóstica, higienista e disciplinar de uma época opressora da história do nosso país. Assim, afirma-se que desde sua oficialização, a profissão do psicólogo está alimentada por práticas e concepções que estão a serviço do capital, da burguesia e da normalização dos indivíduos.

Nós tínhamos, nos anos 1960 e 70, uma formação estreita para uma psicologia que tinha lugar restrito e pequeno na sociedade brasileira. Uma psicologia colada aos interesses da elite que lhe servia nas indústrias, nas escolas, nos consultórios e serviços de saúde, sempre na busca da adaptação dos sujeitos a uma sociedade em

transformação; a uma sociedade cuja elite desenhou seu futuro como nação moderna, industrializada e urbana (BOCK, 2015, p.114).

A clínica psicológica, tomada como um símbolo dos velhos tempos, desse passado ditatorial condenável no qual o psicólogo clínico atuaria de um modo marcadamente isolado, desenvolvedor de um serviço caro e alheio às possibilidades da maioria, estaria a anos luz de perceber e lidar com as exigências emergentes por ocasião de uma nova psicologia que teria de atender às demandas sociais, econômicas e políticas – demandas com as quais os psicólogos estariam começando a se envolver, uma vez que estas apontariam para um rompimento com o olhar especializado, interventivo e individualizante, em direção a uma abordagem comunitária, coletiva e preventiva (DIMENSTEIN, 2000; DUTRA, 2004, BOCK, 2015). Para os reformadores da clínica, esse cenário instalou uma verdadeira *crise na psicologia clínica contemporânea*, marcada pela reivindicação de se construir uma psicologia para as necessidades da população carente de recursos econômicos, sob o imperativo de dizer e fazer uma clínica diferente e mais ampla, que atinja todas as camadas e classes sociais (FERREIRA NETO, 2002; DUTRA, 2004; PORTELA, 2008; ARAÚJO, 2010).

A clínica individual é fundamental, mas não podemos nos perder no individualismo. Não se pode esquecer que a ciência expressa e alimenta ideologias; assim, a idéia de clínica neoliberal alimenta o modelo individualista, por vezes perverso, que se esquece do homem para manter a lógica do capital. Acreditamos que existam outras intervenções psicológicas, de efeitos terapêuticos, resultantes de uma escuta clínica (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES 2006, p.615).

Contudo, as mudanças desafiavam a psicologia clínica a mudar velhos hábitos que outrora foram extremamente valorizados. Efetivou-se a ação de repensar a clínica psicológica e seu lugar junto às outras atuações nas práticas psi, das ações de saúde e da própria dinâmica social. Pois na medida em que a clínica, psicologizando os sujeitos e isolando-os em salas climatizadas, afastava-os de sua vida em comunidade e despolitizando suas questões, tornava-se um veneno para as novas pretensões da psicologia brasileira: “a Psicologia ‘tradicional’ é ‘obrigada’ a se redesenhar, precisando se tornar mais crítica e engajada socialmente”. (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 615). Pululam autores que insistentemente nos trazem a seguinte *narrativa-convocatória*: o contexto social passa a adentrar nos consultórios, impõe que os psicólogos rompam seus muros fechados para responder às novas formas de subjetivação e de adoecimento psíquico no país e, com isso, redesenha por múltiplas mãos os novos desígnios dos psicólogos, que não poderia ser outro que não viabilizar a compreensão da realidade local e efetivar uma psicologia clínica que, realmente, seja direcionada a todos.

A crise parecia pedir atualizações e reformas. De um lado, atacou-se a “clínica tradicional”, a fim de deslocá-la de seu lugar hegemônico na categoria, abrindo novas áreas de atuação aos psicólogos, promovendo e incentivando os profissionais a se engajarem em novos campos. Lembram-nos do delicado momento de recessão que se instalou no Brasil da década de 80, gerando uma crise econômica e social, atingindo fortemente o mercado de atendimentos privados na época, devido não só a um inchaço de profissionais na área, decorrente daquele *boom* na clínica psicológica dos anos 1970 que mencionamos mais cedo, bem como da queda desse mesmo mercado na década seguinte (DIMENSTEIN, 1998, FERREIRA NETO, 2010). Entretanto, outras forças se mobilizavam para socorrer a dita “clínica tradicional”: por um lado (I) tratava-se de atualizá-la para responder às novas demandas sociais e integrá-la nas atuais configurações das práticas psi, por outro lado (II) buscava-se retomar aquilo que seria redefinido como sua verdadeira concepção (ampla e contextualizada) para reintegrá-la às práticas sociais. Afinal, entenderam que a clínica, esta importante área tão preciosa para a história da ciência psicológica e da cultura profissional do psicólogo no país, precisaria com urgência ser transformada e aberta a novas perspectivas (ARAÚJO, 2009). É nesse sentido que parece que os reformadores da clínica estão em completo acordo: é preciso tornar a clínica mais social.

Para alguns autores, isso significaria militar por um *novo projeto de sujeito* para a psicologia, afirmando que essas novas roupagens profissionais mais democráticas, comunitárias e inclusivas são efeitos de novos tempos, são a expressão de novas subjetividades e novas configurações que cobram a reinvenção das práticas clínicas em formas mais integradas com o âmbito social:

Tais considerações sugerem que adotar, na clínica, uma dimensão mais concreta do contexto social implica modificações nos referenciais teóricos que ancoram as práticas clínicas, principalmente no que se refere à noção de subjetividade. É nesta direção que se percebe o crescimento de uma tendência na Psicologia Clínica, a qual se centraria na ênfase de uma concepção de subjetividade resultante de uma construção social e histórica. Assim, modifica-se a noção de sujeito e, com ela, a postura diante do ato clínico (DUTRA, 2004, p.382-383).

Orientado por um entrelaçamento entre o indivíduo e sua história, sua cultura e a sociedade na qual este se constitui, seria necessário empreender uma concepção clínica que aborde uma nova forma de sujeito: uma forma atualizada, pós-moderna, desapegada a teorias psicológicas internalistas, generalistas e essencialistas. Mas também a uma forma de sujeito que se aproxime de referenciais filiados ao marxismo e neomarxismo: um sujeito ativo, inserido em um contexto coletivo de ação, um sujeito transformador e em busca da emancipação.

Passou-se a debater a importância em transcender as naturalizações empreendidas pelos diagnósticos e teorizações sob o sujeito psicológico, oriundos das práticas clínicas emperradas em um certo psicologismo e individualismo, para tornar a clínica mais ampla e, portanto, mais “social” (DIMENSTEIN, 2000; PORTELA, 2004). *Tudo é social* – leia-se: “tudo precisa ser social”; ou, ainda, “a clínica sempre foi social”. Então, a estratégia se bifurca: em uma frente, trata-se de dizer que a clínica precisa *tornar-se social*; em outra frente, de forma diversa, cuida-se de afirmar que a clínica *já é social* (e, então, têm-se como tarefa explicitar o que não teria sido, talvez, suficientemente explicitado).

Para nossos reformadores, a crítica a clínica tradicional seria importante para a psicologia ampliar seu campo profissional, na medida em que adentrou ao debate da saúde coletiva, contribuiu para as políticas de reforma psiquiátrica, participou da reformulação das políticas de assistência social, dentre muitas outras atividades e espaços conquistados (PORTELA, 2006). Nesse sentido, a crise parece desdobrar-se, esbanjando certo otimismo em um crescimento e em uma expansão da ciência psicológica e do profissional psicólogo no Brasil. É uma nova psicologia que parece começar a se desenhar na história do país, trazendo novos rumos promissores aos psicólogos (BOCK, 2015).

Os sinais de um novo projeto para a psicologia começam a aparecer com maior visibilidade nos anos 70. A Psicologia Social faz seus questionamentos e inova na prática, com a Psicologia comunitária, nascida nas academias a partir de estágios dos estudantes e inova nas concepções teóricas, trazendo ao Brasil concepções críticas da França, da URSS, da Argentina e de Cuba. A Psicologia inaugura sua presença nos ambulatórios de saúde em São Paulo, de onde se expande, e ao formular questionamentos importantes sobre as concepções e técnicas de trabalho, inaugurando um campo importante de psicologia da saúde. Em seguida, a antipsiquiatria trará novas contribuições no campo da saúde mental, fortalecendo este desenvolvimento. A psicologia organizacional aponta também, ainda que de forma tímida, seus questionamentos. A psicologia da educação vai em busca do auxílio do pensamento crítico de Paulo Freire e autores como Makarenko, Vygotsky e outros. As entidades se proliferam, e a psicologia fortalece sua voz social (RECHTMAN, 2015, p. 71).

Por estes caminhos, curiosamente, podemos perceber uma tendência de extrema relevância para a psicologia que se faz no Brasil: a necessidade por parte de um extenso volume de autores em tornar, mais do nunca, *toda prática psicológica, bem como toda prática clínica, em uma prática social*. E isto, frequentemente, parece ser efetivado por um discurso de ataque a clínica psicológica por meio de uma performance ambígua – a saber, por um lado desqualificando a psicologia clínica (ao utilizar o codinome “tradicional”) e, por outro, revitalizando-a em uma nova configuração eficiente e digna (DUTRA, 2004; PORTELA, 2006; MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007).

1.2. A Estratégia de uma Clínica para Todos: A Redescoberta do Psicólogo Clínico

Parece que a redemocratização pediria outras formas de se fazer/tratar sujeitos e essas formas-sujeitos pós-modernas, acopladas à concepções marxistas e neomarxistas acerca do sujeito, produziriam novos questionamentos a uma prática psi arcaica – a clínica tradicional – que, por sua vez, urge por uma atualização. *Eis aí a instalação de uma crise na clínica psicológica contemporânea, e junto com sua crise, os anúncios e prescrições para superá-la.* Essa clínica, agora reduzida ao consultório, ao particular e ao individual, deverá, então, se tornar ampliada, coletiva e social. E, ressalta-se, deverá tornar-se tudo isso *urgentemente*. Como nos advertem:

Essa questão é grave e deve ser encarada com seriedade. Não se pode mais individualizar e descontextualizar o sofrimento e o transtorno mental da vida comunitária e de ações que envolvem as políticas públicas e o terceiro setor da comunidade. A Psicologia não pode mais se omitir dessa situação nem da prevenção e promoção em saúde mental em sua prática clínica (GOIS, 2012, p.150).

Como resgatar ou trazer a veia social à psicologia clínica? Ao que nos parece, as respostas direcionam-se principalmente à formação profissional. Talvez, nas próprias referências utilizadas até aqui para ilustrar essa narrativa da *crise da clínica* tenha sido fácil perceber como os discursos que a anunciam também acionam, paralelamente, uma preocupação com a formação do psicólogo. É exatamente nos anos 1980, e mais em específico na década de 1990, que se observa a intensa problematização e discussão curricular do psicólogo no Brasil (CRUCES, 2008; RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015).

Toda essa discussão evidencia que questões relativas ao compromisso social e à reformulação curricular se articulavam em vários pontos, na medida em que a emergência de experiências formativas para responder ao clamor por uma atuação mais social deveria passar pela revisão dos currículos (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015, p.70).

Talvez uma das fontes de preocupação dos reformadores da clínica psicológica é o fato de suas pesquisas ainda apontarem que boa parte dos psicólogos em formação parecem muito atraídos pela sedutora clínica. Não é difícil perceber que, desde a construção do imaginário estudantil às inclinações profissionais de estudantes dos semestres terminais, já parece começar uma gestação do que se quer e do que se investirá na trajetória profissional em psicologia. Constantes pesquisas apontariam para a atividade autônoma de consultório ainda como principal área de interesse dos profissionais, e onde a maior porcentagem de estudantes parecem se endereçar.

Entre os psicólogos (75%) que estavam exercendo a profissão na data da pesquisa, a maioria (54,9%) se dedicava à clínica em consultório, e 12,6% atuava com Psicologia da saúde, sendo que, nesse campo, a prática, na maioria das vezes, também é clínica (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 610).

Apesar de haver o reconhecimento nas pesquisas de uma crescente na quantidade de profissionais atuando na saúde pública e na assistência ao longo dos últimos 20 anos, diversos levantamentos estatísticos ainda parecem apontar a clínica como a área de maior concentração de psicólogos no Brasil (CRUCES, 2008; RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2015). E parece que os dados realmente afetam nossos operários da reforma clínica psicológica. O contingente estatístico não somente preocupa como, ainda, atíça a imaginação, como se legitimassem os dados como força de verdade, como se pudessem ver as pegadas de monstro que nossa imaginação parece deixar bem mais assustador, *os dados revelam*, entenda-se: “*os dados nos fazem imaginar*”.

[...] faz-se imperativo repensarmos a formação desse profissional para concretizarmos um perfil de psicóloga(o) que atenda ao novo projeto de Psicologia. Um perfil que considere o fenômeno psicológico, assim como a atuação do psicólogo, não naturalizado e alicerçado na realidade concreta (RECHTMAN, 2015, p.73).

É provável que os reformadores da clínica entenderam que a melhor forma de cortar o mal pela raiz seria, então, focar seus esforços desde o ensino universitário, mudando a “mentalidade” estudantil e plantando as sementes a partir da graduação. Afinal, o odor de uma clínica tradicional de consultório ainda parece ser muito forte na formação profissional.

Nossos currículos, por sua vez, espelham e produzem um modelo hegemônico de atuação profissional - o modelo clínico liberal privatista, o modelo da psicoterapia individual de inspiração psicanalítica - e definições extremamente limitadas do que seja atuação psicológica, de forma a determinar a representação social que o público tem da Psicologia e do psicólogo. Isto se constitui num entrave para o exercício de atividades em novas áreas que envolvem atividades para as quais o psicólogo não foi preparado como é caso do campo da assistência pública à saúde (DIMENSTEIN, 2000, p.104).

Nesse sentido, operam a reforma com uma espécie de reeducação alimentar: a dieta parecia se voltar para as origens do desenvolvimento profissional, consistindo em restringir a ingestão de uma prática clínica privativa e isolada. Percebemos, de antemão, como aos olhos dos críticos, essa inserção não seria fácil para os psicólogos. Ainda mais com certos vícios alimentares históricos que marcam uma formação oriunda das configurações clínicas médicas, diagnósticas e individualizadas. De modo que, com frequência, passou-se a abordar a limitação, em termos técnicos, políticos, éticos e epistemológicos, dos cursos de psicologia diante do novo público que emergiria e demandava retorno: a comunidade e a população de baixa renda. O

psicólogo clínico deverá, a partir de então, envolver-se com as dinâmicas sociais de cada pessoa, sua história contextualizada e sua vida relacionada com sua condição econômica e política, bem como conscientizar-se do trabalho integrado e cooperativo com as demais áreas da saúde – esse é seu atual e inequívoco imperativo, tornar-se ou retornar ao social.

As práticas clínicas emergentes /atuais apontam para um maior interesse e preocupação com o contexto social, o que implica em novas concepções sobre o sujeito e novas interpretações das teorias psicológicas. A nova concepção de clínica psicológica busca, assim, uma articulação mais concreta entre a clínica e o social. O novo fazer clínico inclui uma análise do contexto social em que o indivíduo está inserido. Com isso, novas modalidades de atuação da clínica surgem como a clínica social e a promoção da saúde, que ressaltam a produção de novos recursos para a formação profissional. Apesar de ir além da psicoterapia, a clínica psicológica não se descaracteriza por não estar em um consultório (ARAUJO, 2010, p.4).

Nesse sentido, as diretrizes curriculares parecem entender que, por um lado, percebe-se a necessidade de outras práticas assumirem a dianteira da profissão, por outro, considera-se fundamental conceber e fazer uma clínica psicológica diferente de outrora, compreendida não apenas como um lugar fechado em quatro paredes, segregado e alheio às dinâmicas políticas e sociais que atravessam seu público, afinal esta concepção, como já apontamos anteriormente, iria completamente de encontro às novas conquistas de espaço profissional então realizadas pela psicologia. O entendimento de que os psicólogos brasileiros não têm formação para dar conta de suas novas concepções de atuação se torna tão frequente quanto familiar. Uma naturalização da existência de uma crise na psicologia clínica é compreendida, por alguns discursos, então, não como uma *crise social e histórica da clínica*, mas como uma *crise inerente e paradigmática à clínica*, constituinte à própria condição do espaço clínico psicológico nacional – trata-se, portanto, de uma crise política que passa a ser percebida como crise, ao mesmo tempo, política e epistemológica. Um espaço, portanto, constantemente tensionado por seus conflitos que passam a ser compreendidos como indissociáveis e inerentes à própria clínica.

É nessa perspectiva que percebemos alguns discursos apelando para a necessidade de se exercer e validar o fazer psicológico sob o formato social, tornando-o algo diferente do que fora antes do “desbravamento” desses atuais espaços de atuação profissional, inserir-se, portanto, nas novas modalidades e práticas de promoção em saúde, como por exemplos no núcleo de apoio à saúde da família e nos centros de atenção psicossocial. Fazer psicologia clínica, dizem, passou a ser *promover saúde*, e não mais *remediar* – isso a partir de uma concepção integrada, junto à saúde mental, de forma coletiva, não mais restrita, limitada, privada e individualizada. Configurar-se-ia como um espaço virtual de potencialização dos

sujeitos, e não apenas de sintomas e tratamentos, vinculando clientes/usuários e equipe multiprofissional, desinstitucionalizando os indivíduos, atuando na coletividade com educação e prevenção.

Tenho a memória de um começo que foi mera e equivocada transposição do modelo dos psicoterapeutas liberais para o âmbito da saúde pública. Aquilo que se fazia no consultório privado foi transportado acriticamente para dentro das salas dos consultórios, só que agora no espaço público. Não existia outra referência sobre o significado de atender as pessoas ou fazer “clínica psicológica”. As noções de setting, agenda, largo prazo, demanda, consulta, paciente pareciam ser as únicas possibilidades de se pensar em uma atuação de tipo clínica. E foi nessa caminhada que, por meio de uma autocrítica coletiva, fomos nos dissociando desse tipo de recurso tecnológico, típico da prática psicoterapêutica individual, face a face, e que fui me associando a outras reflexões sobre esse tema da clínica, que hoje ganha, como adjetivo, o sentido de ampliada, na ideia de uma “clínica ampliada” da saúde mental (OLIVEIRA, 2009, p.107).

Portanto, reafirma-se: é preciso uma nova perspectiva, desde a formação profissional, que reconfigure e diga de uma forma completamente diferente o que deve ser uma atuação clínica em psicologia: crítica, politizada e voltada para o todo social (TEIXEIRA, 1997; ARAUJO, 2010; DUTRA, 2004). Nesse sentido, sua ação caracterizar-se-ia no “descentramento” de seu foco do plano individual (entendido pela crítica como efeito de um sujeito psicológico a-histórico, isolado de seu contexto social), de caráter remediativo, num formato de ação isolada, para uma intervenção em equipe multiprofissional, focada na interdependência com o contexto sociocultural e de caráter preventivo (TEIXEIRA, 1997). Afirmam, nesse sentido, que o ensino da clínica deve ser feito de maneira contextualizada, refletindo sobre o compromisso com a realidade social, sendo exercida em suas diferentes modalidades e não somente ficando associada a um único modelo ou sendo sinônimo de atuação em consultório.

Devemos buscar uma psicologia ligada à política a partir de profissionais engajados, que discutam o seu papel social, as políticas públicas de nosso país e temas que dizem respeito à população como um todo, como a laicidade do estado, os direitos humanos e etc (RECHTMAN, 2015 p.76).

É desse modo que percebemos mais um discurso paralelo, junto ao projeto de reinvenção de uma clínica atingida por uma grave crise. Dizem eles que é preciso *politizar a formação*. É assim que tornaremos toda prática psi, inclusive uma prática “isolada” como a clínica, uma causa social. Enfatizando o compromisso ético do psicólogo, percebemos um tipo de discurso que parece dessubstancializar a clínica psicológica. É aí que, aos nossos olhos, apareceria uma curiosa forma de construção contemporânea para a psicologia clínica: a compressão desta não mais como apenas um *lugar* do consultório ou mesmo apenas como

sinônimo de psicoterapia, mas sim como uma *postura*, uma conduta ética, configurada por sua escuta qualificada – o que a permite adentrar nos mais diferentes espaços públicos e privados (TEIXEIRA, 1997, FIGUEIREDO, 2011). Mas, curiosamente, também a possibilita manter-se espacialmente onde está, uma vez que já teria realizado o essencial: introduzido diversas variáveis políticas e sociais na compreensão de “seu” sujeito.

Assim, se a redefinição da clínica como uma *postura* permite a esta explorar espaços outrora intactos, permite igualmente que a clínica se sinta confortável no espaço em que já está. Feita a transformação conceitual, *qualquer* espaço passa a ser espaço legítimo.

Considero que o método clínico é uma atitude, uma postura, uma forma de raciocinar, um modo de operação que pode ser aplicado à organização, à escola, pode ser aplicado, inclusive, à comunidade. Pode ser aplicado a vários âmbitos e aspectos (OLIVEIRA, 2009, p.124).

Assim, perceberíamos a jogada da seguinte maneira: deslocando a imagem da clínica psicológica do lugar de atuação e intimar os profissionais a saírem dos consultórios seria, talvez, a parte emergencial do processo, algo como o primeiro ato. Contudo, parece que o plano consiste também em reprogramar o formato curricular do psicólogo, recapeando desde a formação profissional e universitária em sua noção de atendimento clínico, aparentemente sob a imagem de um ataque a seu formato opressor, porém, ao que parece, efetivamente, acabando por fortalecer sua ação.

Teríamos, assim, algo como o segundo ato. Alguns reformadores passaram a denominar as práticas que, na atualidade, tentam articular a clínica e as “questões sociais” de *tendências emergentes*, para diferencia-las da lógica da chamada “clínica tradicional” (LO BIANCO, et al. 1994). A rigor, várias seriam as novas propostas junto a novas outras nomenclaturas. Apresentam-nos, então, uma tentativa de se fazer uma clínica diferente, transformada, atualizada com as questões contemporâneas da própria profissão. Deslocada e “desfixada” tanto de seu passado como de sua antiga instituição *consultório*, a clínica, mais do que um lugar de referência onde se vai para se descobrir a si mesmo, passa agora a ser, sob o ponto de vista de diversos autores, uma *atitude*. Muito além do lugar que é exercida, a clínica é uma postura, uma conduta, uma escuta e uma prática que promove transformações e crescimento pessoal (ARAÚJO, 2004; PORTELA, 2008; FIGUEIREDO, 2011; BRITO et al, 2015).

O que significa dizer que a prática clínica tem lugar sempre que o sofrimento do sujeito cria uma demanda, mas não necessariamente quando se instala uma patologia. Com esse raciocínio é possível, agora, considerar que o que caracteriza a prática clínica não pode reduzir-se nem ao lugar, consultório; nem ao número de sujeitos ou a sua

classe econômica; nem à técnica utilizada ou à patologia diagnosticada. (DUTRA, 2004, p. 383-384).

Nesse sentido, parece que o discurso que toma a psicologia clínica como retrógrada, fora de tempo frente ao horizonte atual de atuação da psicologia brasileira, muito mais do que conspirar para seu fim, está diretamente atrelado ao desenvolvimento e a ampliação da profissão e da própria clínica, na conquista de novos territórios de atuação. Pois, na medida em que se desinstala a clínica do lugar fixo e se busca virtualizá-la e fazê-la funcionar “ao ar livre”, em qualquer âmbito, espaço e situação que possa se inserir o psicólogo, seus poderes são significativamente aumentados. É nessa perspectiva que os críticos e reformadores da clínica psicológica apelam, sejam no âmbito da formação, seja no âmbito do exercício laboral do psicólogo, para uma necessidade de tomarmos essa clínica de modo diferente, pois é desse modo que iremos, no final das contas, fortalece-la, ou melhor, fortalecer a classe dos psicólogos.

Faz-se necessário compreender que a escuta clínica é uma postura ética e política diante do sujeito humano. Não é o local que define a clínica, e sim, a posição do profissional e os objetivos de libertação e potencialização dos sujeitos (MOREIRA, ROMAGNOLI E NEVES, 2007, p.620).

Contudo, podemos nos perguntar sobre os ônus de toda essa empreitada realizada pelos psicólogos brasileiros em prol da construção de uma prática psicológica mais comprometida com o social. E, olhando com um pouco mais de acuidade, aparece a nós uma hipótese que ganha corpo e toma importantes dimensões para esta pesquisa: a crise da clínica estaria dando lugar a uma redefinição da clínica, no sentido de flexibilizá-la, torna-la volátil, nevoenta e plástica aos mais diversos contextos, de forma a atingir os mais variados corpos e espécies? Haveria, pois, qualquer coisa como uma *reversão da crise da clínica*, cujos efeitos indicariam não um eclipse, mas uma multiplicação das práticas clínicas? Assim, deparamo-nos com a imposição das seguintes questões: o que realmente aparece de emergente, de ampliado e de social que age no sentido de reivindicar “servir” a ricos e pobres, e assim captar o máximo possível de indivíduos, grupos e coletividades? Nesse sentido, e abordando por esse ângulo, não parece que nossos reformadores, críticos ferrenhos da clínica psicológica, mostram total interesse em superá-la ou em abandoná-la.

Afinal – e isto é bastante compreensível – parece ser ainda o respaldo do saber-poder da clínica que legitima, em grande parte, a profissão do psicólogo, e isto parece ter muito pouco a ver com uma fundamentação científica ou epistemológica. Trata-se quase como uma questão estratégica: de não abrir mão, nesse jogo de xadrez, da rainha, ainda que se tenham que sacrificar um bispo ou um cavalo. E a peça-rainha no tabuleiro de xadrez em que a psicologia

joga seu jogo ainda é, ao que nos parece, *a clínica*. Talvez melhor seja, pois, maquiá-la, realocá-la, deslocar suas referências últimas, mas só a ponto de, meio sem querer, abrir caminho para novos peões ganharem terreno.

Contudo, talvez nossos autores estrategistas parecem conhecer bem o xadrez que jogam, já que, a altos custos, ainda não sacrificaram sua rainha. Apesar de tecerem suas críticas na frente dela, efetivamente juram lealdade pelas suas costas. Ou talvez apenas todo esse jogo seja efeito de ações dispersar, afoitas e que acabam culminando na conservação de um de seus bens mais precisos. A clínica, ao que parece, continua firme como nunca, assumindo contornos ampliados para mover-se em outros terrenos, aumentar seu alcance e ampliar seu alvo.

É exatamente nesse tom que pretendemos situar nossa investigação, perguntando, por exemplo, *o que é preciso dizer, quando se diz que a clínica psicológica está em crise que outros enunciados também aparecem com o anúncio da crise da clínica psicológica?* Esses questionamentos referentes ao acontecimento discursivo da *crise da clínica* e da *reviravolta da crise da clínica* se desdobra, ainda, em outros importantes questionamentos que lançarão luzes para percorrer neste caminho cujo esboço procuramos iniciar: que crise ou que ameaça a atual clínica psicológica brasileira sofre? Quem é que sofre com sua crise? Seriam os seus usuários ou os próprios psicólogos? O que efetivam os anúncios da crítica à clínica? Que efeitos os anúncios de sua crise produzem?

Nesse sentido, estamos decididos que não desdobraremos esses questionamentos no interior das epistemologias, de teorias e de respostas a partir de conceituações consideradas “de dentro” da ciência psicológica. Nem mesmo o faremos no âmbito da ética, que, provavelmente nos conduziria rumo aos pantanosos debates sobre as diferentes linguagens teóricas, frequentemente chamadas de abordagens ou escolas psicológicas, que de forma esguia se metamorfoseiam sob a luz de diversas faces e discursos, que mais deixam nebuloso e confuso sua efetividade, suas inclinações e seus interesses do que revelam seus efeitos e intenções.

Pois percebemos que faz parte das estratégias dos saberes nublarem e *dublarem* os mecanismos de poder que os constituem. Não, decididamente não será nesse âmbito que teceremos nossos questionamentos, não afundaremos nessas regiões pantanosas, não mergulharemos em tais solos lamacentos a procura de algum fundamento ou verdade por trás de alguma história mal contada que precise ser melhor interpretada. Pelo contrário, colocaremos nossas questões na superfície ensolarada das lutas, exatamente onde se desenrolam os choques de poderes, onde se põem em questão as forças que atravessam essa dita clínica psicológica e a produzem como tal. Questionando sua efetividade e seus efeitos, suas implicações práticas.

Adentraremos no âmbito das relações de saber e de poder que tal clínica aparenta situar-se, mas com a acidez de um olhar histórico, crítico e desnaturalizador. Para tanto, seria necessário a nós refojarmos nossas lentes com o intuito de, quem sabe, conseguirmos extrair outros saberes e sabores desse aparente conflito que vive o psicólogo clínico brasileiro na atualidade. Dizemos sabores, pois não compraremos os efeitos de verdade dos saberes que se dizem legítimos e válidos. É nesse sentido que operaremos de um modo taticamente histórico como estratégia metodológica, pois é sob a digestão histórica que podemos dissolver qualquer unidade fixa, natural, essencial e imutável. Recusaremos todo e qualquer verdade universal que se afirme como única, errantes no terreno do múltiplo, dos dizeres e fazeres sobre algo.

Perspectivamos, assim, que é no jogo de poderes que extrairemos discursos e práticas que possam efetivamente elucidar as produções que tal crise (e sua correlata reviravolta) esteja fazendo. E é claro que, ao pôr a questão nesses termos, começamos, de certa forma, a denunciar de que lugar iremos, ou melhor, estamos a observar nossa temática. Pois é sob o horizonte de uma aguda e específica forma de investigação que iremos proceder nesta pesquisa. É sob a uma radical contingência histórica que assumiremos essas tão faladas unidades nos discursos como a *psicologia clínica* ou a *crise da clínica psicológica*, não como algo fixo e unitário, mas como movimentos que se dão no tempo, a partir de práticas e discursos que efetivam sua cristalização como formas privilegiadas de enunciados, efetivando regimes de verdade sobre a realidade que se apresenta a nós no presente.

Desse modo, é inserindo nas discussões, formas e sabores provindos dos estudos foucaultianos que situamos nosso paladar. Queremos dizer que, de certa forma, procederemos afinados com uma certa tática inspirada nas investigações de Michel Foucault, em um modo de proceder arqueogenealógico (CASCAIS, 1993; BENEVIDES, 2016).

Não especificamente tomando-o como teórico justificador de nossas bases de análises, mas tomando-o como horizonte de inspiração do modo de preparo dessa pesquisa, bem como Foucault preparava e entregava suas investigações. Para tentarmos ser mais específicos, abordaremos esse modo de se movimentar na pesquisa adiante, a fins de sintonizar o leitor com nossas frequências e aproximá-lo de nosso ritmo, ao acompanhar esse caminhar até seus desdobramentos finais.

2. SABERES E SABORES DE UMA INVESTIGAÇÃO – APRESENTANDO OS INGREDIENTES DA PESQUISA

“Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível”.

(FOUCAULT, 1999, p. 5-6).

O que de antemão podemos assumir para este capítulo é que, a rigor, talvez ele se comporte mais como um parêntese, dentro do movimento que viemos iniciando até aqui, do que necessariamente como parte de nosso processo investigativo. Nesse sentido, efetivamente nos deslocaremos um pouco do ritmo de nossa escrita anterior, para mudarmos nosso tom, na tentativa de ajustar nossa frequência com o leitor e explicitarmos, caso ainda não tenha ficado devidamente claro, a partir de quais coordenadas nós estamos a nos mover nesta investigação e quais ingredientes específicos estamos utilizando no preparo de nossa pesquisa. E é sob a relva do se poderia chamar de uma abordagem arqueogeneológica que anunciamos certos indicativos metodológicos que irão orientar nosso itinerário investigativo.

Tal abordagem nos sintoniza com as obras e os estilos de se fazer pesquisa no cerne dos estudos de inspiração foucaultiana, definindo-se, preliminarmente, em torno do que podemos compreender como uma certa configuração tática para se abordar e pesquisar algo, ou, como vamos optar por abordar em nossa escrita, certos ingredientes que nos auxiliam a preparar, cortar, aquecer e apresentar nossa investigação.

As obras de Michel Foucault, em toda sua riqueza, parecem expressar um caráter transitório e mutável ao longo de toda a sua trajetória. Seus comentadores configuram ou

rearranjam seus trabalhos em três momentos históricos, encontrados nas produções ocorridas nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesse sentido, o pensamento foucaultiano é assumido mais como metamorfoses em transformações, do que necessariamente como um sistema fechado (MACHADO, 2012).

Nessas transições, primeiro se configuraria a fase, ou como chama Veiga-Neto (2003), o domínio ou mesmo a trajetória, como prefere Machado (2012), arqueológica, situada nos escritos da década de sessenta que destacariam a relação entre o saberes e os jogos de verdades no qual aqueles estariam inseridos; em seguida teríamos o domínio ou a trajetória genealógica, onde se despontaria o tema das relações de/do exercício do poder na práticas e nos regimes de verdade, expresso nas obras da década de setenta e, por último, a fase ética ou arqueogenealógica, onde o binômio saber-poder perspectivaria em específico as formas de produção e condução de sujeitos, compreendida dentro das publicações na década de oitenta.

É importante destacar que esse arranjo não é entendido por Foucault, nem mesmo pelo campo dos estudos arqueogenealógicos, como um processo desenvolvimentista de uma metodologia que vem progredindo com o passar do tempo, mas aponta momentos onde encontramos procedimentos, técnicas historiográficas, temas específicos problematizados de formas diferentes, a ponto de parecerem pertencer a autores diferentes (VEIGA-NETO, 2009).

A escrita de Foucault parece-nos que “apresenta uma infinidade de pontos de conexão, pequenos catalisadores do pensamento, multiplicadores de bifurcações nos caminhos predeterminados das nossas ideias” (SANDE, 2010 p.382). Portanto, ao abordamos estas fases do(s) pensamento(s) foucaultiano(s), referimo-nos problemáticas, procedimentos de análise, modos de operar e proceder com a escrita, formas de explorar temas que se sucedem, e que muito mais do que fixar novas verdades e estabelecer um método unitário e terminado, veem a desafixar fórmulas, tensionar regras e normas, deslocar o padrão de entendimento sobre algo, inclusive sobre os modos de abordar questões e problemas.

Apresentando-nos, para além de uma metodologia geral de pesquisa, um conjunto de instrumentos e ferramentas que, ao lidar com problemáticas diferentes, expõem sua utilidade provisória, ao passo que apontam também para sua terminalidade na medida em que conluem sua empreitada. O próprio Foucault se referiu ao próprio trabalho como hipóteses provisórias que serviriam bem mais como uma caixa de ferramentas que serviriam para múltiplos usos possíveis.

De modo mais geral, a metáfora da caixa de ferramentas buscava situar seus trabalhos no espaço da liberdade – tanto de si próprio quanto dos atuais e futuros leitores – mas não era, no plano intelectual, um convite à leitura descuidada ou ao emprego frouxo

de conceitos e de análises. Mesmo que com frequência Foucault tenha divulgado em registros diversos suas ideias – em livros e artigos acadêmicos e também em entrevistas, em prefácios, em artigos de jornais etc. – o caminho trilhado não era o da vulgarização fácil[...]Mas o convite à instrumentalização de seus trabalhos não excluiria o esforço de enfrentar as dificuldades próprias de um pensamento, sem dúvida original, mas igualmente complexo e denso. Por isso o empenho permanente em esclarecer, sempre com rigor, suas escolhas teórico-metodológicas, caracterizar as hipóteses em jogo, corrigir seus pontos de vista e, por vezes, indicar as leituras equivocadas de seus trabalhos (ALVAREZ, 2015, p. 17).

A atualidade de um método é, nesse sentido, para além de mais uma disciplina ordenadora que pretende se perpetuar, o nascimento e a morte de uma forma de proceder diante de uma investigação que se recria e se finda em cada ato de pesquisar. Desse modo, podemos inferir um caminhar, um modo de olhar e proceder diante da pesquisa que ensaie uma perspectiva metodológica, mas somente se não perdemos de vista o *ethos* que as concepções arqueológicas e genealógicas inserem ao investigarem algo.

É desse modo que, semelhante ao sentido que Araújo (2007) compreende a totalidade do projeto de Foucault como uma arqueogenealogia, caso seja possível falar-se em tal organização, assinalamos uma estratégia que vem assumir qualquer coisa de características metodológicas, englobando as duas grandes esferas das trajetórias de Foucault: a pesquisa arqueológica e a estratégia genealógica.

Nesse sentido, ao nos posicionarmos junto a um estilo de investigação arqueogenealógico, aludimos os passos das pesquisas foucaultianas como inspirações, ingredientes que se implicam em uma perspectiva necessariamente específica para um arranjo investigativo diferente, um auxílio a serviço de uma produção com texturas, saberes e sabores singulares. Portanto, discorreremos a seguir sobre um breve entendimento a respeito dos processos da arqueologia e da genealogia em separado, a fim de melhor explicitar as ferramentas da arqueogenealogia como procedimento dentro do modo de preparar nossa pesquisa, para que possamos afinar e sincronizar nossos passos com os do leitor.

2.1. A Arqueologia: Outro modo de se tratar a história

A arqueologia representaria o primeiro momento da obra de Foucault, e articula uma análise da formação histórica dos saberes, o que Veiga-Neto (2003) chamou de relação entre o ser e o saber. É compreendida no âmbito das obras *A História da Loucura na Idade Clássica*, *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966) e mais especificamente, num escrito de explicitação metodológica chamado *A Arqueologia do Saber* (1968). Nesta última, Foucault (2008) é específico em definir seu horizonte de análise

arqueológico como algo em volta a certos princípios e consequências de uma transformação autóctone que se dá no domínio do saber histórico. Portanto, de antemão, ressaltamos a vinculação direta que a arqueologia tem com a pesquisa histórica.

Em uma rápida digressão, relembramos as relações e das vizinhanças acadêmicas que o aluno Foucault sofreu em seus estudos, lembrando que o pensador francês é como que filho da tradição epistemológica francesa. Exibe, em seu histórico acadêmico, ter sido aluno de grandes nomes da filosofia das ciências como Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, autores tradicionalmente situados no campo de estudos das filosofias da ciência. Talvez por essa e, também, por outras relações, os primeiros passos e descaminhos dos escritos foucaultianos tematizem como alvo principal a historização das relações entre o conhecimento e a verdade.

Foucault é provocado pelos epistemólogos franceses, que seguiam o trajeto histórico sob determinadas regiões da razão e do conhecimento. Seus interesses lançava-se a possibilidade de acompanhar as errâncias que operavam os desdobramentos dos avanços do conhecimento, no movimento descontínuo da razão e do espírito ao longo do tempo. Isso significa dizer que o epistemólogo francês atua como um historiador do conhecimento e das ciências, não percebendo a razão como sendo captada sob a generalidade universal de sua apreensão, mas por meio de investigações regionais do saber, que apresenta um dinamismo e cortes, sob a emergência do novo no tempo. É esta a concepção e o legado de Bachelard para a escola francesa. Diz ele: “É ai que é escrita a história dinâmica do pensamento. É no instante em que um conceito muda de sentido, é então que se torna, verdadeiramente, um acontecimento da conceptualização” (BACHELARD, 1985, p. 56).

Seguindo as lições metodológicas de Bachelard, Canguilhem não se dirige a critérios universais de racionalidade, mas empreende uma análise da cientificidade regional em torno do que ele chamou de ciências da vida, privilegiando uma história do conceito, considerando-o como o elemento que explicitaria com maior validade a racionalidade de uma ciência. O epistemólogo francês se diferencia dos demais epistemólogos positivistas e retrospectivistas, por acreditar que sua análise conceitual, histórica e descontínua, melhor evidencia o desenvolvimento progressivo do conhecimento (MACHADO, 2012).

Mas é também exatamente em contraposição ao modo de operar do epistemólogo, e em específico, do historiador das ciências, que a arqueologia se coloca como uma nova forma de analisar a história em que os saberes são produzidos. O arqueólogo se posiciona diante de uma diversidade de questões que tencionam em específico os saberes, e mais precisamente, os discursos que se efetivam como discursos de verdade no campo do conhecimento. Nesse

sentido, o pensador francês se intitula como arqueólogo do saber, resvalando nas terras epistemológicas, e situando sua pesquisa em relação a estas (MACHADO, 2012).

Contudo, na posição de se diferenciar, necessariamente, da forma de operar com o conhecimento aos moldes dos epistemólogos, é no embate sob um novo modo de tratar a história que anuncia Foucault sua arqueologia, contrapondo-se dessa história produzida pelos historiadores da ciência, que por sua vez seguiam um projeto de desenvolvimento da razão como um progresso e aperfeiçoamento dos conceitos, realizando portanto, uma história conceitual e continuada, buscando a evolução da razão em relação ao saber e a verdade historicamente. De encontro a tal proposta, o arqueólogo escava, sonda os discursos que foram cristalizados e tomados como verdades, não assumindo, previamente, a natureza de absolutamente nada que se afirme como verdadeiro, eterno e imutável, nem mesmo a razão como princípio condicionante, regulador, necessário e fundamental para o conhecimento.

É com relação a toda e qualquer narrativa de uma verdade descoberta e absoluta que a abordagem histórica de Foucault entre em choque, deslocando o lugar de solidez e certeza prévia de toda e qualquer unidade de saber a ser questionado, como, por exemplo, o discurso sobre a loucura, ou mesmo a figura do homem na modernidade, alvos de seus escritos em *A história da loucura* e em *As Palavras e as Coisas*, respectivamente.

Nesses termos, segundo Foucault (2008) a arqueologia se configuraria, primeiramente, enquanto um procedimento negativo. Portanto, alerta-se para a necessidade do pesquisador se libertar de certos vícios que o deixariam míope diante dos efeitos de verdade produzidos por esses discursos, como a noção de uma continuidade histórica do tema; a concepção da existência de uma unidade na qual um determinado tema se apresente e se organize; e a ideia de uma origem primeira que construiria todo e qualquer objeto.

Dito de um outro modo, a arqueologia, enquanto uma investigação lançada sob os jogos dos saberes, difere de uma história que definiria e validaria as condições de possibilidade de uma ciência como ciência, para pensar as condições histórica de existência de uma ciência e de um saber enquanto discursos verdadeiros. Para tanto, exige-se do arqueólogo um certo ceticismo em relação a toda e qualquer certeza prévia sobre os temas e os objetos de uma investigação. Radicalmente nenhuma trama é aceita e assimilada antes de se perguntar primeiro por ela.

Dessa forma, suspender as certezas, coloca-se numa posição de não-saber e exercitar a liberdade do pensamento constituem condições intimamente interligadas entre si, condições essas que são de suma importância para pesquisarmos com Michel Foucault (BENEVIDES, 2016, p. 267).

Desse modo, Foucault elege um novo alvo para sua abordagem arqueológica, no ato de negar a unidade de um tema. Se aqui retomássemos nossa problemática ora evidenciada, queremos dizer que nos negamos a encarar a clínica psicológica enquanto um tema, o sujeito psicológico enquanto um a priori suprahistórico ou mesmo que no desemaranhar das linhas do tempo, descobriríamos o nexos que conectam a continuidade causal e que funda algo como uma crise na psicologia. Desse modo, colocamo-nos no exercício de não assumir a ligação previa entre os temas, os objetos, entre as palavras e as coisas, e, com efeito, nos posicionamos diante de um novo campo de problematizações: o campo dos enunciados efetivos, o campo dos discursos e de suas práticas.

Uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos sido falados ou escritos, em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. [...] A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2008, p. 29 -30).

Nesse sentido, a proposta arqueológica diante da pesquisa põe em relevo a questão de como os enunciados se hierarquizam, cristalizam-se e são tomados como verdadeiros, validos e necessários. O arqueólogo assumiria a tarefa de, então, detectar os discursos e sua formação histórica em determinados campos dos saberes. Tal proposta pede uma postura acida frente a certos imperativos que parecem se apropriar e governar os discursos. Pois se um discurso se apresenta em uma posição de verdade em detrimento de outros, é por conta de um jogo de regras de formação, com estrita relação com outras práticas discursivas, que os enunciados se constituem e se efetivam. Como sublinha Foucault:

Gostaria de mostrar [...] que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p.55).

Uma postura, portanto, de estranhamento ao evidente, de suspeita ao dado, de tensionamento a segurança de um conceito, de um saber ou de um tema. O arqueólogo sempre posiciona suas questões escavando além do imediato prévio a qualquer verdade, colocando em relevo as regras, as normas, os padrões que dão condições de existência para um saber se fazer verdadeiro. Pois o objeto, como a clínica psicológica, nesse sentido, não estaria previamente dado, não teria uma origem, uma perpetuação e uma maturação histórica, mas seria perspectivada como um acontecimento, no decorrer dos balizamentos arqueológicos junto a exploração dos enunciados sobre certo objeto, quebrando certas unidades discursivas, borrando certas fronteiras previamente delineadas e, desse modo, insurgindo-se contra a palavra final aceita antecipadamente sobre qualquer fato ou acontecimento dado.

Anteriormente, ao abordar as discursividades sobre a crise da clínica psicológica, recuperamos as formações discursivas que anunciavam, em diferentes frentes, uma crise e, junto aos seus anúncios, ativavam ao mesmo tempo, outros discursos que vão em direção a reconstrução de uma certa clínica. Foi acompanhando esses discursos que se fez possível perceber o que ele vem produzindo, como por exemplo o fortalecimento e a naturalização do social, do dever social, de uma condição de existência para uma clínica vinculada ao social.

Foi seguindo estas relações e farejando estes acontecimentos, que conseguimos perceber a efetividade de uma crise que não promove só discursos a respeito de uma certa unidade chamada “social”, mas também fortalece, amplia e difunde, sobre outros territórios, o discurso de uma outra unidade chamada “clínica”. Não nos interessa definir ou compreender o que é o “social” ou o que é a “clínica”, pois pelo olhar flamejante do arqueólogo, tais unidades não passam [recortes arbitrários travestidos por regimes de justificações]. É a atenção para o que o discurso engendra que nos interessa, muito mais do que para o que o discurso é.

Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela (no sentido em que um "beneficiário" é beneficiário porque o faço beneficiar-se de alguma coisa, e em que, se guio alguém, esse alguém é o guiado). A relação determina o objeto, e só existe o que é determinado (VEYNE, 1998, p.239).

Nada, absolutamente nada, pelas lentes arqueológicas, está previamente vinculado a nada, significa alguma coisa em específico, é mais valoroso do que outro objeto, nada escapa ou está fora do apetite da história e de seus processos. Portanto, afirmamos os usos da arqueologia enquanto uma abordagem que investiga discursos de verdade, como eles se formam, colocando o problema da verdade, para o arqueólogo do saber, não enquanto uma descoberta científica, mas sim como uma produção histórica (ARAÚJO, 2007). A arqueologia

não interpreta os acontecimentos históricos enquanto encadeamentos lineares dos fatos que desvelam a verdade sobre a origem das coisas, mas analisa relações de forças em um campo de descontinuidade e multiplicidades.

Um discurso científico, nessa perspectiva, substancialmente em nada difere, com exceção de suas posições hierárquicas no jogo dos saberes, por exemplo, de um enunciado mitológico ou de uma lenda urbana. Por meio de um processo de veiculações normativas, sociais e históricas, ambos foram enunciados emitidos, separados, selecionados e hierarquizados, adquirindo validação sob certas condições discursivas (FOUCAULT, 2012). Contudo, os enunciados efetivos são regidos por normas, balizados por regras de enunciação. E é sob tais justificativas que podemos perceber o aparecimento de certos discursos que tanto anunciam a crise de uma clínica psicológica, quanto efetivam seu fortalecimento.

Portanto, ao invés de lançar-se na investigação de objetos e temas previamente assumidos como tais, o arqueólogo se dispõe a investigar o modo como uma determinada ideia foi constituída como verdadeira, efetivando efeitos de verdade, promovendo a naturalização de um processo histórico, tornando algo estático, passando a considera-lo como sendo sempre de tal jeito, causando uma impressão de que existe uma gênese imutável e invariável a respeito de um objeto.

Em nosso caso, o exercício é pôr em questão tudo o que os discursos pregam sob a crise da psicologia clínica, sobre a necessidade de sua expansão, sobre seus problemas de formação profissional. Não assumi-los como unidades consubstanciais, mas captura-los em suas fronteiras, em sua dispersão. Questioná-los e, portanto, colocá-los no crivo de uma arqueologia que se volta para o modo como a verdade é efeito de práticas discursivas que se cristalizaram em uma série de processos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais.

Desse modo, perspectiva-se a constituição histórica de alguns “monumentos” e seus regimes de verdade (ALCÂNTARA; CARVALHO; QUIXABA, 2009). Nesses termos, é somente no limite de uma investigação do discurso, dos enunciados e das regras de formação que de fato, acreditamos ser possível trazer temperos diferentes a questão da crise da clínica psicológica. Portanto, nos dispomos a deslocar essa questão do âmbito epistemológico, hermenêutico ou mesmo ético, encarando-a sem referência a uma raiz fundante, relacionando-a ao conglomerado de regras que constituem as condições de seu aparecimento histórico, desenvolvendo os nexos das regras que regem sua dispersão (FOUCAULT, 2008).

Quão mais livres, potentes e inventivas poderiam ser nossas pesquisas caso pudessem respirar e caminhar de forma mais autônoma em seu percurso? Quão disruptivos, subversivos e produtores de diferenças poderiam ser nossos pretextos para pesquisa,

nossos textos de pesquisa, nossos contextos produzidos e produtores da pesquisa caso pudessem se colocar à margem de um poder centralizador das ciências, das técnicas e das normalizações de todos os dias? (BENEVIDES, 2016, p. 278).

É nesse sentido que o arqueólogo concebe e faz outro uso da história. A análise histórica que se volta para a vida como o fluxo e o devir do jogo de forças que se relacionam, compreendendo como os saberes emergem e se transformam por meio do discurso. Constituindo-se, portanto, como uma escavação de camadas de saberes efetivados pelos discursos, não em profundidades obscuras, mas nas superfícies ensolaradas dos enunciados. Não há verdade essencial a ser descoberta ou revelada, há efeitos, enunciados sedimentados historicamente, e a análise de como, em determinados *períodos históricos*, *esses saberes estavam dispostos estruturalmente uns em relação aos outros*.

Desse modo, Cunha, Luzio e Cruz (2014) afirmam que o método arqueológico propõe uma mudança nos olhares e nas relações com a história e com o passado, suspendendo e questionando as unidades preestabelecidas pela história tradicional em todos os níveis de sua construção, dissipando as raízes e trazendo à tona todos os acontecimentos que constituem e compõem o contexto histórico de produção de sentidos.

Temos assim, uma desnaturalização e desconstrução da história e das verdades produzidas pelos discursos que emergem nas relações entre saber e o conhecimento que atravessam e constituem a cultura, a política, a sociedade, a economia, a saúde e a educação. Insistimos em enfatizar, que não se busca, com isso, uma verdadeira origem na história, buscase saber que relações de forças configuram os discursos de verdades que emergem em um determinado momento histórico. Como entendia Nietzsche, interpretar a história não significa compreender a que ela se destinaria, mas evidenciar o estado de forças em que ela aparece (MARTON, 2001).

2.2. A Genealogia como análise histórica e política da verdade

Seguindo os passos da leitura arqueológica de Foucault, chegamos as suas publicações dos anos de 1970, onde muitos autores apontam como o momento do desaparecimento da arqueologia ou de sua integração no que seria intitulado pelo pensador francês de *genealogia do poder*. (MOTA, 2012). Portanto, aparecendo como um momento de transição na trajetória foucaultiana, mas não necessariamente de rompimento, a genealogia enfoca o ser em relação com o poder, representado sobretudo, pelas obras *Vigiar e Punir (1975)* e *História da Sexualidade volume I – A Vontade de saber (1976)* (VEIGA-NETO, 2003).

Uma vez que a arqueologia investiga como os saberes historicamente emergem e se transformam em discursos de verdade, a genealogia tem por finalidade expor o jogo de forças que colocariam as condições de possibilidade para a emergência de tais saberes (ALCÂNTARA; CARVALHO; QUIXABA, 2009). A rigor, a genealogia marca o predomínio da relação saber-poder, descentralizando as questões dos saberes e sua relação com o conhecimento, colocando no palco o poder ou melhor, as relações de poder.

Vontade de poder se iguala a vontade de saber, poder e saber se tornam um binômio, passamos a falar de poder-saber. Isso vai se evidenciando cada vez mais em Foucault. Não se trata nunca de abandonar o saber como objeto, mas de compreender como saber e poder caminham juntos, se trata, portanto, de enfatizar o poder sem perder de vista, ao contrário, para compreender o saber. Por aí se efetua o que se convencionou chamar, na literatura sobre Foucault, uma “virada”, a passagem das pesquisas arqueológicas (sobre o saber), para as pesquisas genealógicas (sobre o poder) (MOTA, 2012, p.124-125).

Caracterizado por uma aproximação mais expressiva com a filosofia nietzscheana, a estratégia de investigação genealógica de Foucault enfatizará o caráter agonístico e do jogo de forças que predominam sobre a análise dos saberes. Em um curso realizado na sua vinda ao Brasil, em 1973, intitulado *A verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault discursa sobre a genealogia das práticas judiciais, inspirando-se diretamente no trabalho nietzscheano como genealogista, assumindo uma determinada concepção do conhecimento presente no pensamento do filósofo alemão, teríamos, provavelmente, um dos primeiros ensaios da pesquisa foucaultiana sob uma arquitetura genealógica.

Primeiramente, o genealogista se insurge contra a questão do *fundacionismo* das coisas, do saber e da verdade. Sob seu olhar, radicalizam-se as concepções até mesmo já experimentadas pela arqueologia, que nega todos os entendimentos prévios sobre determinado objeto, sua unidade, naturalidade e sentido, para dissolvê-lo em enunciados efetivos, em práticas dispersas, aleatória e transitórias.

Radicalidade que, em sua roupagem genealógica, desemboca na perspectiva do conhecimento enquanto uma invenção, na negação enfática das essências e das origens das coisas. Um completo e total desprendimento das fundações de alguma ideia, objeto ou instituição. O genealogista não se apoia em nenhum absoluto, uma vez que ele não crê na metafísica, mas sim tem seus ouvidos atentos a escuta da história e, com sua atenção paciente, percebe os sussurros do que há por trás das coisas:

[...] “Por trás de todas as coisas há algo completamente diferente”: não absolutamente seu segredo essencial e sem data, mas o segredo de que elas são sem essência ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas [...] O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda

preservada de sua origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate (FOUCAULT, 2015, p.275-276).

Por essa ótica, o conhecimento não possuiu uma origem, muito menos está inscrito em uma suposta natureza humana. Partindo da centralização nas relações de forças que constituem a vida, o genealogista compreende, segundo a leitura foucaultiana de Nietzsche, que o conhecimento não é neutro, mas sim que ele apresenta uma relação direta com as paixões, com os instintos e com os afetos. Além disso, entende também que não existe nenhuma conformidade entre o conhecimento e o mundo. Na perspectiva de Foucault, para Nietzsche o mundo não tem nada haver com o saber, o mundo não quer ser conhecido, de modo que, por essa via, conhecer seria, efetivamente, um ato de violência, um ato de força, uma vontade de poder perspectivando uma realidade. Afirma, nesse sentido, o filósofo francês: "Não é natural a natureza ser conhecida" (FOUCAULT, 2002, p.18).

Portanto, Foucault introduz uma questão fundamental em sua análise histórica: a evidência de que, em relação de imanência com todo o saber, há jogos de forças. Desse modo, sua perspectiva estabelece agora que o saber não elimina a tensão das emoções que atrapalham o bom julgamento, e o bom senso para se conhecer. O saber não neutraliza o poder, ao contrário, o expressa. E mais, o pensador francês compreende que os saberes são, portanto, expressões de algo que não é dado ao nível propriamente do saber, sendo necessário seguir novas evidências para transformar sua análise.

Entram em cena as relações de poder, acrescentando a sua abordagem histórica a preocupação com as práticas não-discursivas, cenário onde o jogo de forças se desdobram em saberes e se impõem em uma época, a partir de determinadas conformações sociais, enquanto domínios de verdades.

Temos, assim, organizada, uma escuta cuidadosa à história que modifica consigo a noção de verdade, desconstruindo as relações imediatas entre saber científico e discurso verdadeiro. Foucault localiza a verdade – e sua produção - como questão política, amplamente atrelada ao poder, às relações de poder, e que, conseqüentemente, recai sobre os processos de produção de saberes e unidades discursivas. Falamos, então, de verdades produzidas e legitimadas em determinado campo discursivo (CUNHA; LUZIO; CRUZ, 2014, p.192).

Pensado, por exemplo, no desenvolvimento do saber e da prática psiquiátrica, em um curso intitulado *o Poder Psiquiátrico*, ministrado no final dos anos de 1973 e início de 1974, Foucault analisa as práticas de tratamento psiquiátrico do final do século XIX e começo do século XX, apresentando a hipótese de que não seria sob discurso científico, conceito ou teoria que a psiquiatria se edificou na história da doença mental, mas sim, pela força, pela imposição da vontade do médico sob a vontade desafiadora do louco.

Portanto, seria por meio de práticas não discursivas, que se daria o solo para o engendramento de uma forma de poder específica, que ganharia bastante relevo nas obras do filósofo francês: o poder disciplinar. É a partir deste solo genealógico, portanto, que Foucault problematiza a origem ou mesmo a finalidade de qualquer prática como não passando de um acontecimento episódico e pontual de uma diversidade de submissões, restabelecendo os sentidos últimos das coisas, pelo jogo casual das dominações (FOUCAULT, 2015).

Nessa ótica, Scarlet Marton (2001) compreende que, para Foucault, a genealogia consistiria em interpretar as interpretações, adquirindo, portanto, a tarefa de investigar as forças que dominam um dado momento, impondo, desse modo, uma nova direção aos sistemas de regras já estabelecidos. É por essa via que se destaca as questões do poder e dos regimes de dominação.

Pensando o jogo de forças como sendo o palco no qual os discursos de verdade desfilam, a perspectiva genealógica observa como cada prática, cada discurso e cada dispositivo se posiciona, se inclina para determinada direção, implicando uma força e um deslocamento específicos. É o entendimento agonístico dos saberes que constituem uma posição de crítica para o genealogista, ou seja, mostrar que todo conhecimento, discurso e prática, não sustentam nenhum apaziguamento e neutralidade, não libertam de uma suposta dominação, mas ao contrário, submetem ou mesmo estão submetidos a um certo jogo de poder.

É nesses tons que Foucault (2002) anuncia a genealogia enquanto uma política da verdade, tendo-a como uma estratégia política de combate às capturas e totalizações das forças conservadoras dos poderes que regem um domínio específico, afirmando o caráter crítico de luta que a tarefa do genealogista desempenha. Trazendo em seu bojo a possibilidade e a intenção de tensionar as relações de poder que produzem os saberes e os domínios que governam uma sociedade e uma época, a genealogia, na pretensão de dar visibilidade as relações de poder, orchestra uma insurgência de saberes sujeito. Seria então, esta a finalidade da empreitada genealógica, cortar as origens, partir os pressupostos, romper com o absoluto lugar intocável da verdade, dobrar a própria vontade de saber, dando relevo, força e voz aos saberes locais, aqueles submetidos, na guerra de forças do saber, sob o domínio da fundamentação, da validade e da precisão científica.

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquiza-los, ordena-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns [...] Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um

discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa [...] É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar combate (FOUCAULT, 2005, p.13-14).

Deleuze (1976) afirmará que o sentido das coisas se dá por meio da relação destas com a força que se apoderam delas, de modo que, a genealogia, ao investigar o jogo de forças que dominam algo, está a interpretar necessariamente os sentidos deste algo em um determinado momento histórico, ou melhor, está a evidenciar o embate de poderes que expressão determinada forma e compreensão sobre algo. Desse modo, servindo-nos do arcabouço genealógico, não pretendemos nessa pesquisa descobrir a origem de uma crise da psicologia clínica, muito menos almejamos desvelar os sentidos últimos dos anúncios de tal crise para a clínica psicológica brasileira. Basta-nos acompanhar as práticas [sociais] e os discursos que efetivam tal perspectiva, que produzem efeito sobre certas relações que delimitam o dispositivo clínica psicológica, a fim de tentar determinar quais são os distintos dispositivos de poder que estão em jogo neste campo discursivo formado pela clínica, pelo social e pela crise da psicologia brasileira.

Dessa forma, Araujo (2007) perspectivará que a genealogia se insere a partir das descrições e objetivações da arqueologia. Ambos, arqueologia e genealogia, entrelaçam-se em uma estratégia investigativa que reconhece as forças histórico-políticas que constroem os saberes em determinados momentos e que coloca justamente em questão tais saberes/práticas em sua constituição.

Eu diria em duas palavras o seguinte: a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem. Isso para reconstituir o projeto conjunto (FOUCAULT, 2005, p.16).

Para nossos usos, a arqueogenealogia põem em questão o modo que vem se estabelecendo as discursividades da clínica psicológica no Brasil, questionado de que forma se gestou sua crise ou mesmo como se articula a psicologia clínica no Brasil junto aos anúncios de sua crise. Que mecanismos, efeitos e relações de forças colocam-se em movimento diante de tais práticas discursivas. De modo que, não é de nosso interesse nem de relevância para nosso estudo, a fundamentação de tais discursos, sua validade, sua cientificidade ou mesmo seu respaldo. É na superfície das lutas, dos choques, do embate das forças que cozinharemos nossa investigação.

É por meio deste referido arranjo arqueogenealógico, que situamos nossas questões e que acionamos uma narrativa histórica, dirigindo nossas análises para o combate dos discursos e das práticas. Nos capítulos que se seguem, retomaremos nosso movimento analítico e nos

voltaremos aos discursos no âmbito da formação curricular, esgueirando-nos em meio aos enunciados curriculares que “pregam” as formas de sujeito ditas contemporânea, com um aroma marxista, histórico e pós-moderno. Tensionando como essa forma específica se cola a uma “atual” perspectiva de sujeito para a psicologia brasileira.

Seguiremos os rastros de tais discursos desde as discussões curriculares, planos pedagógicos e debates de formações clínicas, tendo em vista que não é essa específica forma de sujeito histórico e pós-moderno que se revela na contemporaneidade, mas que são específicas forças que as fazem colidir, forçosamente se coincidir tais unidades discursivas. Portanto, pretendemos acompanhar e identificar os discursos que efetivam uma crise na clínica brasileira, dentro do âmbito que os seguimos, a saber, os territórios de debate e reflexão sobre a formação de psicólogos, e que, paralelamente, acionam a afirmação da necessidade de enfocar/promover novas perspectivas sobre a subjetividade em psicologia.

Pretendemos, ao final de nossas considerações, refletir a respeito dos espaços conquistados para a clínica psicológica, no intuito de considerar novos dispositivos de poder acionados pelas práticas clínicas na atualidade da clínica brasileira, acompanhando seus deslocamentos, na tentativa de por em visibilidade possibilidades de futuras empreitadas, retornaremos nossas análises em relação aos novos movimentos clínicos que na atualidade vêm operando tanto nos “espaços fechados” – individualizados, privados, reservados, secretos e segregados, até os “espaços abertos” – coletivos, públicos, ampliados, acessíveis e socializados e mesmo na pura virtualidade.

De modo que, almejamos ter ao final, o prenúncio de uma genealogia do espaço clínico psicológico sob a inteligibilidade das práticas clínicas exercidas dentro dos mecanismos e relações que constituem a clínica psicológica, junto à discursividade eloquente nos domínios dos saberes curriculares e das formações de psicólogos, que parecem produzir uma forma de subjetividade diferente, mesclada a uma concepção histórico-cultural-marxista-pósmoderna, que dá fôlego para os poderes da clínica psicológica não só se tornarem itinerantes e ampliados, mas também continuarem contando com em seu trono, o consultório, mas agora de “consciência limpa”.

Compreendendo a unidade textual como foco de análise, entendemos o trabalho documental como elemento importante no caminhar em direção à investigação e produção de novos acontecimentos. De modo que o documento não é tomado como matéria inerte, cuja interpretação promoveria uma reconstrução de “verdadeiras origens” da clínica psicológica, ou mesmo da crise que se vê instalada na mesma, explicada por grandes períodos históricos, mas trata-se, agora, do contrário, trabalha-lo em sua exterioridade, buscando o frescor do

acontecimento, estabelecendo séries, unidades e relações, multiplicando as rupturas (CUNHA; LUZIO; CRUZ, 2014).

Assim como que um preparo cuidadoso, servindo-nos desses ingredientes, pretendemos perspectivar sobre as práticas, sobre as relações de poder e sobre os saberes que atravessam os embates da clínica psicológica no Brasil, a fim de produzir outros sabores sobre estas questões, não no intuito de acharmos uma resposta, solucionarmos algum dilema ou salvarmos qualquer coisa que esteja em perigo nessas questões, mas sim oferecer ao debate a possibilidade de experimentar novas perspectivas. Sobre nossas pretensões, Benevides (2016) discorre, a partir de uma concepção de investigação inspirada por Michel Foucault, sobre o compromisso que a pesquisa tem de inventar verdades e realidade:

Neste sentido, a pesquisa que pesquisa (e, aqui, peço perdão pelo necessário e aparente pleonasma) não é aquela que encontra a síntese, a essência ou o sentido verdadeiro de seu objeto. Pelo contrário: a pesquisa que pesquisa será aquela que acompanha a multiplicidade de significações, a complexidade das relações e mesmo a ambivalência (que alguns preferem chamar de “contradição”) que está presente naquilo que se apresenta à pesquisa – e que chamamos de “objeto” (BENEVIDES, 2016, p.280).

Tanto nossos ingredientes metodológicos não fecham enquanto método, quanto nossa pesquisa não se prende a finalidade de descoberta de resultados e de verdades. Propomos, pelo contrário, a pôr em questão as verdades que todos já sabem, problematizar o que não é problematizado, dobrar os resultados e questionar as utilidades inquestionáveis (BENEVIDES, 2016). É no próprio movimento da pesquisa que se exerce nossa crítica, que se efetivam nossos propósitos.

De todo modo, em momento algum isso repretaria uma desimplicação do pesquisador ou da pesquisa, como uma atitude em cima do muro. Pelo contrário, o posicionamento é assumido desde o primeiro momento em que não tomamos como verdades naturais e predefinidas absolutamente nada que se coloque como tal. Nesse sentido, durante todo o pesquisar do pesquisador, a crítica se mantém presente, fermenta as questões e inflama as hipóteses. Não há nenhuma linha escrita em uma investigação arqueogenealógica que esteja envolta de um olhar crítico flamenjante.

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica – e a crítica radical – é absolutamente indispensável para qualquer transformação (FOUCAULT, 2011, p. 356).

A questão da arqueogenealógica está nos discursos que ela produz em função dos discursos que ela resgata na tentativa de descortinar o palco que apresenta o espetáculo de

batalhas presente no próprio saber, nos entendimentos e nos consensos, eis talvez o serviço que a arqueogenalogia possa oferecer ao pesquisador e ao leitor. Portanto, é em prol do deslocamento e tensionamento dos entendimentos, das certezas que se pretendem se firmar como a palavra final ou encerrar a história sobre o assunto em questão enquanto o saber verdadeiro, contrapomos com a imagem do sabor que pretende ser provado, degustado, entrar em relação com o gosto de quem o experimenta, a fim de abrir perspectivas, efeitos e movimentos. Ou seja, dizemos com isso que a pesquisa visa colocar a narrativa para o próprio leitor decidir seu julgamento, discernir sua análise, construir sua opinião, escolher ou mesmo inventar seu lado.

3. A REEDUCAÇÃO DOS PSICÓLOGOS – PARA UMA NOVA FACE DA SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA

“Aquilo que é inventado não é uma ilusão; constitui nossa verdade. Sugerir que nossa relação com nós mesmos é histórica e não ontológica não é sugerir que uma subjetividade essencial e trans-histórica jaz escondida e mascarada sob a superfície de nossa experiência contemporânea, como um potencial esperando para ser percebido através da crítica”.

(NIKOLAS ROSE, 2011, p.13).

A sorrateira crise que se alastrava na psicologia brasileira, e que tocava de maneira especial a clínica, parecia decorrer da expressão de novas formas de subjetividades emergentes no contemporâneo, que passam a denunciar a defasagem dos métodos e das intervenções dos profissionais psi. O diagnóstico de nossos reformadores parecia definitivo: uma visão de ser humano individualista, liberal, naturalizada, a-histórica, descontextualizada e independente de fatores sócio-culturais impregnara a formação do psicólogo brasileiro. As lentes que enxergam a atual realidade do país precisariam de correções, pois os velhos instrumentos não dariam mais conta de ler e de lidar com as formas de subjetividades que emergiam junto à redemocratização, aos seus problemas e às suas demandas.

Um outro modo de perceber a subjetividade necessitaria ser ensinado, uma vez que outras formas de intervenção precisariam ser desenvolvidas. Era o anúncio de novos tempos, o grito de uma nova era que exigia uma correção cirúrgica nos currículos e nas formações dos psicólogos para tornar visível a imagem fidedigna dos sujeitos contemporâneos. Resumindo: seria preciso empreender uma reconstrução que garantisse a edificação de um tipo de profissional psicólogo modernizado, por meio do enfoque em um outro tipo de sujeito para a psicologia. A clínica psicológica, principal veículo de construção profissional, e de sustentação desta forma supostamente antiquada de sujeito, conseqüentemente, foi o principal alvo.

O psicólogo deverá, necessariamente, ampliar o seu arcabouço teórico, revisar conceitos e, principalmente, romper com a visão de sujeito enquanto entidade liberal, autônoma, imanente, independente da cultura. A psicologia não pode adiar essa revisão, é imperiosa a necessidade de adotar uma prática clínica que ultrapasse o *setting* psicoterapêutico individual e invada o território das relações sociais buscando

visualizar e compreender, nas ações mais simples, toda a complexidade que nelas se esconde (MOURA, 1999, p.14).

Seguiremos, neste capítulo, os descaminhos empreendidos ao longo da história da formação em psicologia no Brasil, na tentativa de flagrar os rastros das aparições desta forma de sujeito contemporâneo que os currículos e os planos pedagógicos nos alertam, bem como suas implicações nas transformações profissionais do psicólogo brasileiro.

3.1. Os primeiros passos de uma formação em psicologia no Brasil

O relatos apontam que o início do ensino de psicologia no Brasil, como uma ciência autônoma, deu-se por volta da segunda metade do século XIX. Aparecendo como área de estudo sobre a natureza humana, suas aparições iniciais estavam a serviço da contribuição para saberes e práticas de outras áreas, como filosofia, pedagogia, direito, medicina, entre outras (MASSIMI,1990).

Inicialmente incorporada na formação de outros profissionais, a Psicologia não teve, nesse primeiro momento, um caráter profissionalizante. A disciplina era considerada um conhecimento relevante [...] e ainda não gozava de autonomia no meio acadêmico para oferecer um curso superior independente (LISBOA; BARBOSA, 2009, p .721).

Do ponto de vista institucional, os autores apontam o campo da pedagogia como sendo um dos primeiros e significativos caminhos de entrada do ensino em psicologia no país. Desde a inserção de noções de psicologia nos currículos das Escolas Normais, segundo contam, ocorrendo em 1890, foram sendo adicionados, nas formações de pedagogos, advogados e médicos, conteúdos e disciplinas psicológicas desde o final do século XIX. Em 1906, por exemplo, coloca-se como um marco a fundação do *Pedagogium*, espaço que tinha a finalidade de coordenar as atividades pedagógicas do Brasil, local onde foi criado o Laboratório de Psicologia Experimental, o que alguns autores irão considerar como o primeiro laboratório de psicologia do país (PESSOTI, 1888).

A pedagogia, por outro lado, utilizou a psicologia, mais precisamente a psicologia experimental, para adquirir seu status científico [...] A incorporação da psicologia no currículo dos cursos de pedagogia e a criação dos laboratórios experimentais constituíram-se em vias trilhadas para a profissionalização do psicólogo no Brasil. Uma via - cabe lembrar - que colocava a psicologia submetida à lógica de outra profissão. Neste sentido, a autonomia ainda não estava assegurada, caracterizando o processo de profissionalização (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003, p.22).

Também em outras searas, como na ciência médica, fora criado em 1923, o Laboratório de psicologia experimental dentro da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro.

Com o propósito de auxiliar práticas médicas, o laboratório tornou-se um espaço de pesquisa e de formação de psicólogos, realizando atividade como aplicação de testes avaliações e atendimentos psicoterapêuticos. Em 1932, o laboratório tornou-se o Instituto de Psicologia da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, que intencionava a promoção de práticas e formações em nível superior de psicologia. Contudo, conta-se que devido à falta de recursos e pressões da classe de médicos, o laboratório foi fechado em menos de um ano de funcionamento (CENTOFANTI, 1982). Entretanto, conta-se também que a inserção das práticas psicológicas daria-se por meio de profissionais ainda híbridos e mesclados com áreas da pedagogia, filosofia, ciências da saúde e etc., vão se desdobrando em áreas diversas, apoiando outros profissionais com testes, entrevistas, avaliado, em suma desenvolvendo uma espécie de trabalho "auxiliar técnico psi".

Em décadas posteriores, todavia, emerge uma crescente preocupação com o fator humano, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de aptidões quanto ao aprimoramento técnico do indivíduo, ambos vinculadas à produção do capital. Assim, práticas psicológicas são cada vez mais utilizadas nas áreas da Educação e do Trabalho, tendo esta última se complexificado com o processo de industrialização iniciado no governo Vargas. O novo profissional que surge é, então, denominado *psicotécnico* (ESCH; JACÓ-VILELA, 2001, p.5, grifo do autor).

Contudo, ao longo da década de 1930 encontramos alguns apontamentos afirmando que as disciplinas de psicologia tornam-se obrigatórias em cursos de formação e especialização, ganhando independência e autonomia mesmo frente aos saberes educacionais e médicos, momento em que os autores vão demarcar como a crescente da inserção da psicologia no ensino superior.

Os autores ressaltam que no ano de 1946, por meio da portaria 272, o Decreto-Lei 9092 institucionalizaria a formação profissional do psicólogo. Entendeu-se que esse fora um importante passo para o crescimento e independência da profissão no país, marcando a psicologia como uma prática fronteira com varias outras áreas do saber desde sua emergência no ambiente acadêmico, até sua profissionalização.

O psicólogo habilitado legalmente deveria frequentar os três primeiros anos de filosofia, biologia, fisiologia, antropologia ou estatística e fazer então os cursos especializados de psicologia. Com a formação dos denominados especialistas em psicologia iniciou-se oficialmente o exercício dessa profissão (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003, p.22).

Os relatos falam da presença do psicólogo em três campos mais preponderantes nessa época, a escola e a clínica, frutos de uma história de institucionalização acadêmica e profissional e a indústria, para muitos autores, reflexo também dos aspectos sócio-políticos e

do intenso processo de industrialização que o Brasil viveu durante a primeira metade do século XX.

Relata-se, nesse sentido, baseado nas narrativas de seus primeiros passos, que os então especialistas em psicologia guardavam especial aproximação com a área da educação e da medicina, sendo próprio ao psicólogo um lugar especial como apoio dessas profissões. Como uma disciplina em constante crescimento e presença em diversos cursos de formação, a profissionalização do psicólogo pareceu preceder os surgimentos dos primeiros cursos de formação em psicologia. Na esteira desses relatos, para alguns autores os anos 50 foram de muitas movimentações para um projeto de regulamentação da profissão (LISBOA; BARBOSA, 2009).

Os anos 50 foram fundamentais para a regulamentação da profissão. Precisava-se com urgência de um organismo que fiscalizasse a prática da Psicologia, naquela época exercida, também, por muitos charlatões [...] Esse organismo, fruto de um esforço conjunto de profissionais de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, principalmente, surgiu no final daquela década (DEPOIMENTO SANTOS, IN 30 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO, 1992, p.7).

A formação em nível superior, com um currículo específico e dedicado ao psicólogo surgiu nos anos 50, ainda de maneira extraoficial, como propostas pioneiras de algumas universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro (ESCH; JACÓ-VILELA, 2001). Como exemplo do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV), fundado no final da década de quarenta, apresenta alguns impulsos importantes em questões práticas e de formação, funcionando como um espaço de pesquisa, produção e promoção de conhecimentos para os *psicologistas*. No início da década de cinquenta, aponta-se que o ISOP junto ao Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, visando a oficialização da prática profissional do psicotécnico, organizam o primeiro curso de psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1953.

A pedido do Conselho Nacional de Educação, projetos e propostas são pensados para a regulamentação da profissão, entram em cenas as demais associações, institutos junto às forças sindicais para a elaboração de um projeto para a regularização profissional. Num processo de muitas tentativas e erros, idas e vindas, marcadas pela intensa participação de associações e organizações que se formavam para pensar a formação e a profissão do psicotécnico, nesse tramite, além do ISOP, mencionam-se também o engajamento da Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP) e Associação Brasileira de Psicólogos. No que concernia os termos de normatização, as dificuldades de consensos pareciam se dar na ordem de as especificidades curriculares, onde fora, ao final dos processos, pensado uma composição

curricular mínima exigida para a diplomação futuro profissional de psicologia (ESCH; JACÓ-VILELA, 2001).

Contudo, seria nos anos de 1960 que se oficializaria a lei 4.119, regulamentando a profissão de psicólogo junto com a formalização e normatização de sua graduação. Para alguns, tal regularização fora fundamental para a fiscalização e para a manutenção da qualidade dos profissionais formados, um passo essencial para o crescimento e a valorização profissional:

Foi o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo - disse Oswaldo Santos - onde se iniciou, imediatamente, um trabalho de elaboração de um projeto de lei que, em 1962, veio se transformar na Lei 4.119 [...] Nessas sociedades - diz Oswaldo Santos - difundia-se a técnica mas não tinha-se nenhum poder de fiscalização (MEMÓRIA, 1992, p.7).

A então "oficial" psicologia dos anos sessenta parecia ser constituída, para alguns autores, pelos traços de sua história de interrelações com os saberes médicos e pedagógicos, configurando uma formação especialmente técnica, voltada para as três grandes e tradicionais áreas de crescimento e atuação profissional: organizacional, escolar e clínica. Assim sintonizava-se com a resolução da lei 4.119, mencionada anteriormente, que descrevia as atividades do psicólogo em: diagnosticar (o trabalhador, o aluno ou o paciente), orientar e selecionar profissionais, orientar pedagogicamente e solucionar problemas de ajustamento.

A formação dava-se por meio do Currículo Mínimo, um núcleo de matérias essenciais para a formação de uma carreira de graduação, prevendo uma formação com três titularidades possíveis: a de licenciatura, a de bacharel, a de profissional psicólogo, o modelo do Currículo Mínimo preconizava que os cursos ofertariam estágios nas já mencionadas três áreas de atuação do psicólogo: clínica, trabalho e educação (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015).

Contudo, em pouco tempo, a configuração da formação em psicologia parecia proporcionar o crescimento acentuado de uma de suas principais áreas: a clínica (CURY; FERREIRA NETO, 2014).

Nas décadas seguintes à regulamentação da Psicologia como profissão viu-se uma de suas áreas de atuação ganhar hegemonia nos currículos: a clínica. A escassez de profissionais face à demanda de uma classe média que ascendia com a industrialização do país, tornou essa uma atividade altamente lucrativa. Isso acarretou uma série de distorções na formação que só vieram à luz com clareza no período de redemocratização (CURY; FERREIRA NETO, 2014, p.501).

3.2. A Fermentação da Clínica Psicológica nos Cenários das Práticas Psi Brasileiras

Nos primeiros 15 anos de regulamentação da profissão, fala-se a respeito de um crescimento expressivo no número de cursos de formação em psicologia e o consequente aumento de profissionais atuando no país, crescimento esse que, como sugerem alguns deles, fora impulsionado por acontecimentos, como a proliferação de cursos universitários particulares (ROSAS; ROSAS; XAVIER, 1988; PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003; LISBOA; BARBOSA, 2009). Afinal, a psicologia mostrava-se um curso de baixo custo para o investidores, bem como a já mencionada ascensão de certa classe média burguesa consumidora ávida de atendimentos psicológicos, e de sua emergência coincidir com a progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho, trazendo sua inclinação a profissões marcadas pelo cuidado e o pelo que se associara ao feminino, como a psicologia (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003).

A clínica fora, durante esses primeiros anos, a área de maior destaque na preferência dos estudantes e graduados, despontando como a principal personagem na composição da profissão do psicólogo, sobretudo nas primeiras décadas desde a regulamentação profissional.

É justamente nessa época que os saberes psicológicos e os saberes psicanalíticos passam a se confundir, de modo que a imagem da psicanalista cobrando altos honorários em seu consultório particular tornou-se então uma das principais representações da Psicologia entre a classes média e alta brasileiras. Importante destacar, contudo, que apesar da direta vinculação da atividade clínica ao ethos dessas classes, também a atuação no âmbito escolar e organizacional, era marcada pela orientação elitista (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015, p.68).

Como espaço ocupado por psicólogos, psicanalistas e médicos, a clínica e em especial o exercício da psicoterapia, parecia ser um território de tensões e disputas entre tais profissões para saber quem realmente ocuparia o seu trono, estas tensões passaram a ser uma das principais responsáveis pelas dificuldades de consenso sobre um projeto de regulamentação da profissão do psicólogo nos anos cinquenta. As batalhas pareceram se amenizar após o que foi se configurar como um certo acordo de cavalheiros, que ficou expresso na total ausência de menções de termos como psicoterapia ou atendimento clínico na descrição das atividades do psicólogo pela lei 4.119.

Deixando abertas a possibilidade de entendimento de haver algum direito do psicólogo a disputa pela ocupação da área clínica, a menção que mais se aproximaria de uma prática clínica e psicoterapêutica é citada no terceiro capítulo, como função privativa ao psicólogo a resolução de problemas de ajustamento. A falta de especificidade e detalhamento da descrição de tal função não pareceu importar tanto, pois nos vinte primeiros anos de

formalização da formação de psicólogos, os autores apontaram um crescimento expressivo do número de profissionais e de cursos de graduação em psicologia, todos inclinados para a clínica como principal área de interesse dos psicólogos em formação e de atuação desses profissionais.

Esse chamado *Boom* da cultura psi já fora mencionado anteriormente quando abordamos o contexto histórico e cultural do regime militar que em boa medida, para nossos autores, deu as condições de possibilidade para a emergência de uma valorização do privado, do desenvolvimento individual e de um mercado ávido para consumir os serviços de atendimentos clínicos psicológicos (BOTOMÉ, 1988; COIMBRA, 1995).

O predomínio da psicoterapia exercida por psicólogos em consultório particular refletia o interesse pela psicologia clínica e o ideal do atendimento em consultório liberal. Nele o psicólogo teria a liberdade de determinar o valor, as condições e a duração de seu trabalho (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003, p.23).

Contudo, ao final dos anos 1970, os autores reclamam das consequências de uma supervalorização da clínica psi, mencionada pelos relatos como uma área superlotada de profissionais que, em detrimento de outras possibilidades e de espaços de atuação, protagonizava um destaque desproporcional nos currículos e inflacionavam o mercado (PEREIRA, 1979).

A literatura da segunda metade da década de 1970 reagiu a esse estado de coisas apontando a necessidade de a Psicologia rever seus rumos. Um estudo pioneiro da professora Sílvia Leser de Mello Pereira (1975) antecipou os desdobramentos desse processo. A hipótese da autora era que o encontro com outras dimensões do fazer psicológico, distante da demanda dos neuróticos da classe média nos consultórios particulares, seria um acontecimento com efeitos irreversíveis no contexto da formação. Os conteúdos teóricos e técnicos pretensamente universalizantes, mas de fato produzidos a partir de modos de subjetivação produzidos por condições sócio-históricas específicas, sofreriam um forte abalo (CURY; FERREIRA NETO, 2014, p. 501).

Em paralelo as supostas tensões no âmbito do mercado profissional, nos inícios dos processos de redemocratização na emergência dos anos 1980, alguns autores, analisando criticamente o modelo de Currículo Mínimo, passaram a afirmar que a formação em psicologia estaria apresentando defasagem em sua consistência, e estagnada por reproduções técnicas de modelos e saberes cada vez mais alheios a realidade local.

Pela preocupação em prover uma formação científica a partir do modelo positivista de ciência, as propostas de currículo [...] todos parecem conter a ideia de que a Psicologia se embasa e/ou se espelha em vários outros conhecimentos, oriundos tanto das Ciências Humanas e Sociais, quanto das Biológicas e, mesmo, da Matemática; o entendimento do ser humano se apresenta atomizado, fragmentado em diferentes “processos” —que, aparentemente, se associam e formam o conjunto denominado “personalidade”; a prática se insinua como mera aplicação técnica da teoria (ESCH; JACÓ-VILELA, 2001, p. 8-9).

Parece que, após viver certo apogeu identificado pelos autores na emergência da profissão no Brasil, a psicologia clínica passou a ser percebida como uma prática venenosa para a formação do psicólogo, restringindo-se apenas a quem pode pagar por seus altos custos. Suas condições de crescimento e suas conquistas, também estimulavam vícios que tanto o estudo quanto a profissão destilavam por toda a psicologia brasileira: o predomínio da área clínica e de um profissional caro, liberal e elitista efeito de um currículo por demais tecnicista e, por consequência, alienado de seus contextos.

Questionamentos sobre a forma de se conduzir uma formação, ênfase na importância de se produzir uma grade de ensino que estimulasse a construção de conhecimento e pesquisa, reflexão sobre o alcance da psicologia para outros setores da sociedade são algumas das problematizações encontradas nas reclamações de muitos autores que passam a atacar a formação superior do psicólogo (PEREIRA, 1975; BOTOMÉ, 1979; WEBER, 1985; PESSOTI, 1888; BASTOS; GOMIDE, 1989). Entretanto, seria necessário uma mudança nas fundações da prática profissional do psicólogo, e nesse sentido, o alvo, nos parece, passou a ser a reforma curricular, junto com o entendimento de seu privilégio as práticas individualistas, técnicas e voltadas exclusivamente as demandas de mercado e lucro, em outras palavras, sugerem os autores, especialmente as práticas clínicas.

Críticas cada vez mais frequentes à atuação profissional do psicólogo levam à constatação do esgotamento do modelo de formação, sendo duas as principais frentes de agitação: a da reformulação curricular e a renovação do compromisso social da Psicologia (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015, p.68).

Os ataques, no âmbito acadêmico, a uma formação individualista, eminentemente técnica, repetidora de conhecimentos e métodos descontextualizados, tinham seu alvo o modelo de Currículo Mínimo, avaliado como uma forma limitada de formação. Contudo, de uma maneira curiosa, as críticas e investidas na formação pareciam resvalar, converter-se e até mesmo confundir-se diretamente em investidas e ataques a área clínica, que havia se tornado desde os primeiros anos da profissão e, portanto, junto ao modelo curricular vigente, o palco não só da maioria do contingente de atuações em psicologia no país, como também responsável por aglutinar a atenção dos psicólogos em detrimento de outras possibilidades de inserções no mercado e na sociedade. O sucesso da área clínica diante de um modelo de formação encarado como problemático e ultrapassado, passou a se converter em um alvo de críticas a uma então área de atuação igualmente problemática e ultrapassada.

Parece-nos que não estamos formando profissionais capazes de construir a Psicologia, mas apenas a de repeti-la. Em alguns casos, poderíamos dizer que o estudante apenas aprende técnicas e busca o cliente para aplicá-las (BASTOS; GOMIDE, 1989, p.12).

Contando com um agravante na compreensão dos críticos a formação e a clínica psicológica, destaca-se a percepção de boa parte de nossos reformadores que entendem, a partir algumas de suas pesquisas, que mais da metade dos psicólogos em atividade no país atuariam na área clínica, contudo, somente cerca de 1/6 da população faria uso desses serviços, devido aos altos custos das consultas (BOTOMÉ, 1979). Seriam, portanto, muitos profissionais atendendo uma pequena parcela da população. Nesse sentido, o discurso de ampliação para uma psicologia mais abrangente e implicada socialmente ganha expressão progressivamente nos anos 1980, o fazia, muitas vezes, de modo a desqualificar a psicologia clínica: acusando-a de burguesa, individualista e pouco efetiva.

Um profissional apropriado para este país, parece-nos, teria que ser uma pessoa capaz de prestar um serviço voltado às necessidades da maioria da população e não ao que interessa mais diretamente a um pequeno segmento dela como ainda parecemos estar tendendo a realizar. É nesse sentido que nossa formação obtida com “experiências de vida” acadêmica e até pessoal talvez nos afastem daquilo que constitui a realidade de vida da maior parcela da população do país (BOTOMÉ, 1979, p. 185).

Diz-se que é no contraste entre ciência e profissão que nos anos 1980 figuram o sindicato de psicólogos, os conselhos regionais e o conselho federal de psicologia no debate e no embate sobre a formação do psicólogo (BOTOMÉ, 1988). No decorrer dessa década parece que a figura do Conselho Federal de Psicologia assumiu o compromisso de ampliar o diálogo com as instituições de ensino superior e promover a expansão da psicologia no âmbito social. Seria, para alguns, uma mudança de postura onde “não se luta mais pela defesa do profissional mas, sim, da profissão enquanto necessária socialmente” (MEMÓRIA, 1992, p.8).

A partir da década de 1980, com a finalidade de discutir a formação e o exercício profissional em Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu uma série de atividades. Em 1983, iniciou amplo debate sobre problemas no exercício da profissão e necessidade de reformulação do currículo em Psicologia [...] Temos assim o surgimento de um importante ator institucional protagonista, o CFP, desde então, na formulação de sugestões e na realização de enfrentamentos para pensar e intervir sobre os rumos da formação (CURY; FERREIRA NETO, 2014, p. 502).

Dizem os autores que são novos tempos. É o período da redemocratização do Brasil e as configurações sociais estariam em plena transformação, juntamente com os propósitos da jovem profissão de psicologia. Nessa nova era, em nosso país, uma revisão imediata seria necessária nas engrenagens que formam os psicólogos brasileiros. Novas áreas e campos de atuação necessitam de sua melhor qualificação, um público mais amplo e diversificado

demandam seus serviços, Seria necessário, para tanto, uma reestruturação total da educação dos psicólogos (BOTOMÉ, 1979; WEBER, 1985; PESSOTI, 1888; BOCK, 2001).

Sabemos que agora parecemos nos repetir em nossa escrita. Essa história já não é nova para você, caro leitor, uma vez que foi a partir dela que iniciamos nossa narrativa no primeiro capítulo deste texto. Mas o interessante em nos depararmos novamente com ela, é o caminho que tomamos dessa vez, passeando exclusivamente pela discussão da formação. E vejam o que dizem certos discursos sobre a situação da formação profissional em uma publicação organizada pelo Conselho Federal de Psicologia em articulação com os conselhos regionais no final dos anos 1980:

Não seria errôneo afirmar que nos debatemos, hoje, em uma profunda crise (ou hoje, temos dela maior consciência?). Por um lado, cresce a insatisfação quanto ao tipo de serviço que prestamos e quanto a quem deles tem se beneficiado; por outro lado, faltam-nos respostas alternativas suficientemente claras e abrangentes; falta-nos, sobretudo, as necessárias condições de construí-las (BASTOS, 1988, p. 163).

O drama do psicólogo da década de 1980 parece se expressar na pergunta de a quem devem os psicólogos servir e como fazê-lo? Mas já entendemos também que, geralmente, esses problemas e questionamentos, dificilmente não vêm com alguns palpites e algumas palavras de ordem, nesse caso, é ao modo de se construir um psicólogo que as afirmações encontram, talvez, um inimigo a se combater:

Questiona-se, no nosso caso, o modelo como um todo, especialmente no que tange a sua adequação à realidade social ou às possibilidades de contribuir na superação dos cruciais problemas que o homem brasileiro vive. Não é difícil encontrar os vínculos que ligam este modelo dominante de atuação da psicologia ao contexto histórico-social em que a profissão surgiu e se desenvolveu [...] Um componente essencial neste modelo de atuação psicológica relaciona-se ao conceito de área de atuação e, mais precisamente, significa o predomínio da área clínica sobre as demais. A hegemonia da clínica espelha-se não apenas no elevado contingente de psicólogos que a esta áreas se dedica, mas no predomínio de alunos que a ela pretende se dedicar [...] (BASTOS, 1988, p. 164).

A fusão completa entre um certo modelo curricular e a área clínica parece estar completamente concluída, na medida em que crítica o Currículo Mínimo (con)fundi-se também com ataques a formação e a atuação clínica em psicologia. Desse modo, a formação acadêmica passa a ser questionada, repensando-se a relação com a tentadora área clínica. Vários debates, pesquisas, publicações, eventos e atividades foram promovidos ao longos dos anos 1980, a fim de se repensar as concepções profissionais e acadêmicas da ciência psicológica. Os novos campos de atuação, como os CAPS, CREAS, CRAS, a psicologia comunitária, a psicologia jurídica, entre outras áreas emergentes no contexto da redemocratização pareceram impulsionar e provocar os profissionais a reformar suas estruturas, a fim de reorientar os rumos de sua

atuação nos novos contextos de trabalho. Embalados no conjunto de uma série de ideias e pensamentos que passam a apontar todas essas possibilidades de inserção profissional dentro de uma unidade maior e integral chamado: social.

Estava clara a intenção de qualificar a inserção dos psicólogos na sociedade, e isto significava trabalhar para que os psicólogos estivessem mais presentes nos movimentos sociais, podendo colocar o conhecimento profissional a serviço de um vasto contingente populacional até então sem acesso à Psicologia (BOCK, 2001, p. 18).

Na característica de inserção aos movimentos sociais, a influência marxista e histórico-cultural passa a integrar conceitualmente boa parte das práticas emergentes em psicologia. Ao inserir-se nos movimentos políticos e sociais, os psicólogos passam a coparticipar de atividades como o debate da saúde coletiva, contribuiu profundamente para as políticas de reforma psiquiátrica, participou também da reformulação das políticas de assistência social para descaracterizá-las como puro assistencialismo, produzindo formas de redução das vulnerabilidades sociais e de inclusão social. Sendo encarada como chave fundamental de uma mudança paradigmática em relação ao preconceito à população LGBT, e é a principal fonte de resistência frente às formas de medicalização da vida (OLIVEIRA et al, 2004; BOCK, 2001).

Para tanto, dizem nossos reformadores curriculares, o psicólogo precisa ser mais social e, portanto, menos clínico. Ser implicado na causa de melhoria da qualidade de vida e direitos da população, e não alienado em conceitos e naturalizações que apenas legitimariam práticas elitistas e indiferentes às demandas sócio-políticas do país.

Afinados à tendência do compromisso social, textos como os de Carvalho (1982), D'Amorim (1980), Góis (1984), Goldenberg (1980), Patto (1982) e Vasconcelos (1980), articulados às perspectivas marxistas ou comunitárias, sustentados por trabalhos empíricos ou apenas ensaios opinativos, denunciam as já conhecidas tendências elitistas da formação. Em seu lugar, os autores propõem o desenvolvimento de uma formação que observasse a realidade social brasileira, conformando um pacto de obrigação da Psicologia para com a sociedade, através da atuação psicológica engajada e promotora da qualidade de vida da população. São apresentadas experiências de formação inovadoras nesse sentido, e encaminha-se a substituição de modelos excessivamente clínicos de formação, calcados no atendimento individual, por outros de maior abertura ao trabalho comunitário e multiprofissional, de orientação coletiva (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015, p.70).

Era necessário, nesse sentido, também explorar outros campos, e voltar-se para uma proposta mais institucionalizada de inserção profissional. Alguns autores encaravam como uma nova mentalidade profissional e uma tendência atual do psicólogo brasileiro. Em um memorial

especial de 30 anos de regulamentação da profissão, o então presidente do Conselho Federal de Psicologia expõe sua visão do novo momento que o psicólogo vivia profissionalmente:

A tendência - diz Antônio Marcos - é a socialização da Psicologia. A atuação deve se dar mais nas instituições e menos no trabalho individualizado [...] Segundo ele, a tendência é a de o psicólogo deixar de ser um profissional liberal e se tornar um trabalhador ligado à instituição. São mudanças que consideramos conquistas e avanços na prática profissional. Há o repensamento do corpo teórico. O trabalho será mais valorizado socialmente, assumindo espaços de maior importância [...] Dessa forma, amplia-se a participação dos psicólogos nos mais diversos acontecimentos de cunho social, como a 9 - Confederação Nacional de Saúde; 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental, Luta Antimanicomial, interlocução com o MEC discutindo cursos de Psicologia e outros como o Programa Anti-Aids, do Ministério da Saúde (MEMÓRIA, 1992, p.6).

As produções teóricas e os novos espaços pareciam oportunizar inovações e transformações mais agudas direcionadas a formação e a profissão. Aos poucos, as críticas ao velho modelo de se fazer psicologia e de se formar psicólogos vão configurando questões na quais, no cerne de seus questionamento, expressa-se seu próprio direcionamento. Como fazer para a psicologia ser implicada nas causas sociais? Como educar e orientar os profissionais para o que há por vir? Para lidar com os novos espaços de atuação a nossa frente, para a expansão e para a valorização de nossa profissão nacionalmente? Um variedade de produções já faziam notar a vontade de mudanças nas bases curriculares da formação em psicologia.

Os artigos se mutam; passam a incluir relevantes questões sobre o papel do psicólogo na sociedade: a formação do psicólogo, os diferentes modelos de atuação, as entidades da categoria, o psicólogo como trabalhador, o conceito de atuação psicológica (BOCK, 2001, p.20).

No ano de 1985, a Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior estimulou a autonomia das Universidades Brasileiras junto a um sistema permanente de regulação e de avaliação de seu próprio desempenho e, nesse sentido, já se observava algumas experiências de reformas curriculares sendo ensaiadas em certas universidades federais, como em Pernambuco, na Bahia, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Parecia estar chegando o momento dos reformadores tomarem ações mais definitivas (LISBOA; BARBOSA, 2009).

Contudo, é na década seguinte que se tem alguns acontecimentos, talvez, decisivos, em especial, um evento histórico realizado pelo Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, ao longo da primeira metade do ano de 1992. Por meio da Câmara de Educação e Formação Profissional, foi realizado um amplo debate em todas as regiões do país, a respeito da questão da Formação em Psicologia. Essas discussões foram levadas para Encontro Nacional de Cursos de Psicologia, realizado na cidade de Serra Negra, no formato de um temário que se constituiu como pauta principal do encontro. A alta adesão dos cursos de formação de todo o

país deu expressividade ao evento e os desdobramentos de suas discussões, fariam ecos significativos ao modo de se pensar a formação do psicólogo brasileiro desde então.

Esse Encontro contou com representantes de noventa e sete dos cento e três Cursos de Psicologia então existentes no país. Com base no temário proposto, a plenária aprovou um conjunto de sete Princípios Norteadores da Formação em Psicologia e um conjunto de dez Sugestões de Operacionalização desses Princípios, que constituíram o documento síntese do Encontro, denominado Carta de Serra Negra (JAPUR, 1994, p. 43).

O documento que ficou conhecido como a carta de Serra Negra, pareceu esboçar respostas a terrível crise na profissão, que em alguma mediada colocava em dúvida, aos psicólogos na época, a quem servir e como fazê-lo. Dando voz e aglutinando os ideais, os pensamentos e os interesses de grande parte dos profissionais e das instituições de ensino presentes no evento e, por que não dizer, no movimento nacional de reforma curricular. O documento traria orientadores para a formação do psicólogo brasileiro, a partir dos seguintes pontos:

1. Desenvolver a consciência política de cidadania, e o compromisso com a realidade social e a qualidade de vida.
2. Desenvolver a atitude de construção do conhecimento, enfatizando uma postura crítica, fomentando a pesquisa num contexto de ação - reflexão - ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica.
3. Desenvolver o compromisso da ação profissional cotidiana baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanente destes fundamentos.
4. Desenvolver o sentido de Universidade, contemplando a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
5. Desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sócio-cultural,
6. Desenvolver uma concepção de Homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência.
7. Desenvolver práticas de interlocução entre os vários segmentos acadêmicos, para uma avaliação permanente do processo de formação.

O efeito da carta irá se tornar a principal métrica para a reeducação dos psicólogos. O foco está em defender uma formação não mais eminentemente técnica e supostamente subordinada a outros saberes, importados de outros países ou mesmo de outras profissões, mas sim lutar para uma ênfase de formação crítica, produtora de um conhecimento próprio, localizado, autônomo. Enfocando as bases e o desenvolvimento de habilidades e não apenas a

repetição de conteúdos, métodos e técnicas importadas de outros países. Seu eixo orbita no interesse em desenvolver no psicólogo em formação uma implicação social, aguçar sua consciência crítica e política.

Seria uma espécie de medidas ou caminhos a se tomar para alcançar os objetivos de reformar a profissão, mostrar a comunidade as possibilidades que o psicólogo tem de contribuir socialmente e, desse modo, se fazer necessário para o social em todas as suas dimensões. A expansão curricular, implica na ampliação de novos campos de atuação, novas modalidades de intervenção, novos espaços e conquistas profissionais (PFROMM NETTO, 2007; RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015).

De maneira geral, os sete pontos norteadores da formação de psicólogo do manuscrito de Serra Negra versam sobre o exercício de cidadania, criticidade, a produção de saber autônomos e contextualizados, práticas bem fundamentadas, desenvolvimento de um profissional que estabelece diálogo com demais profissões e com a comunidade em geral. Entretanto, na esteira desses discursos, destacamos o que é mencionado no ponto de número 6 do documento, que diz "desenvolver uma concepção de Homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência." (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992, sem paginação).

Eis, talvez, nesse fragmento, o acontecimento decisivo para um movimento no âmbito nacional, de construir novas estruturas curriculares que configurem uma concepção de homem atualizada, nova e integrada às dinâmicas sócio-culturais de seu tempo e espaço. Eis o pedido de todo um movimento de uma categoria. Eis o documento que, em alguma medida, exerceria qualquer coisa de poder e influência no modo de se pensar a formação do psicólogo a partir de então.

Seria o momento de a psicologia brasileira ampliar seus horizontes, fincar sua vinculação a todos os setores sociais, em especial os mais pobres, e expressar seu valor e contribuição para a sociedade. É chegada a hora de um novo *boom* para a profissão, e o caminho para tal realização, passar por uma definitiva mudança curricular e tal mudança efetivaria numa nova concepção de subjetivada para a psicologia nacional.

A noção de fenômeno psicológico sofre uma transformação interessante no decorrer dos anos, especialmente entre 1980 e 1995. Essa transformação acompanha mudanças nos modos de inserção da categoria na sociedade. Os psicólogos, conquistando novas formas organizativas —grupos progressistas passam a ocupar a direção das entidades—, vão aumentando sua participação nos movimentos sociais. Aos poucos, ocorre também uma verdadeira transformação nas concepções de fenômeno psicológico (BOCK, 2001).

Com efeitos das discussões de Serra Negra, no final dos anos 1990, a psicologia testemunha a emergência de diversas publicações relacionadas à reforma curricular e à formação profissional, se, desde o final dos anos 1970, várias tentativas e ensaios foram feitos de formas pontuais para mudanças nos modelos de formação e atuação profissional em psicologia, os autores entendem que esse amplo debate e produções feitos ao longo dessas três décadas, deram condições de possibilidade para que nos anos 1990 se constituísse uma frente de reforma curricular, que levasse a cabo a tarefa de elaborar o que se diz que culminou na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais, que serão exaustivamente debatida ao longo dos anos seguintes e finalizada em 2004, passando a vigorar nos currículos de psicologia em 2006 (RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015).

A então reforma curricular finalmente viria a contemplar uma ampliação da formação, atualizando a prática do psicólogo, junto a uma proposta de nova concepção de subjetividade. Pensamento crítico, compromisso social e político com a comunidade, ser um pesquisador e produtor de conhecimento, ampliando seu espectro de formação, enfatizando um curso que não apenas transmita conteúdos, mas também habilite o estudante a criar, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Implicação nos processos de aprendizado e nos efeitos sócio-políticos do saber.

Ou seja: para compreender deve-se intervir e, ao intervir produzimos compreensão. Esta prática, inevitavelmente, exigirá a desconstrução do ideal de distanciamento e neutralidade como requisito de validade do conhecimento produzido; bem como introduz a necessidade de auto- inclusão do investigador no processo alvo da investigação (MOURA, 1999,p. 16.).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) é um debate que está em pauta desde 1996, contudo sua discussão acompanhou todo o processo de transformações políticas e sociais, até entrarmos no início do século XXI. Sua proposta surge em oposição direta ao modelo de Currículo Mínimo, enfocando nos objetivos da formação, centralizando nas habilidades necessárias para alcançá-los ao invés de se deter estritamente a um conjunto de prévio de conteúdos fechados em um currículo geral.

Foi no ano de 1998 que uma comissão especializada foi criada para estudar e elaborar uma proposta curricular baseada nas DCN's. Em 2001, elas são aprovadas, mas sua homologação e aprovação vem só depois de muitas discussões, no ano de 2004, por meio do Parecer CNE/CES n. 62 (2004, 19 de fevereiro), instituídas com a Resolução CNE/ CES n. 08 (2004, 7 de maio), efetivando-se em todos os currículos nacionais em 2006.

Com as DCN's a ênfase da formação recairia no desenvolvimento de competências, configurando um curso que se volta para formar unicamente psicólogos aptos a atuação

profissional, a pesquisa e ao ensino de psicologia, acabando com os títulos de bacharel e licenciaturas, o objetivo da formação é o fim de uma formação eminentemente tecnicista e com profissionais autômatos.

Posteriormente, reformuladas no ano de 2011, através das diretrizes curriculares, os autores parecem entender que é chegada uma nova era: a época em que os currículos de psicologia finalmente estão remodelados para lidar com os desafios da sociedade contemporânea, flexíveis e abertos para atualizarem-se a partir das necessidades das realidades locais, preparando dos profissionais para os desafios que se apresentam constantemente dentro das dinâmicas sócio-culturais.

Abrindo espaço curricular para contemplar não só a diversidade de perspectivas teóricas como também a variedade de áreas de atuação para o psicólogo, o enfoque de pesquisador e de extensionistas convoca o aluno a uma implicação junto a um aprendizado crítico, frente a realidade prática em contato com a comunidade.

3.3. Os traços de uma nova forma de subjetividade na formação dos psicólogos

Recapitulando rapidamente: nossa investigação nos levou a um breve percurso pelas narrativas sobre o processo de formação em psicologia, desde as inserções dos primeiros estudos de psicologia em disciplinas na formação de outras profissões, passando pela regulamentação da profissão e dos curso de graduação, na configuração curricular ditada pelo modelo do currículo mínimo, até as mais recentes reestruturações curriculares, que substituíram o Currículo Mínimo pelo modelo de Diretrizes Curriculares. Em paralelo, fomos acompanhando os processos de profissionalização em meio a tais desdobramentos no ensino de psicologia, percebendo o modo como os autores associavam os modelos curriculares junto as consequências de sua formação na atuação e no sucesso profissional.

Observamos como as narrativas nos levaram a perceber um crescimento acentuado da área clínica em psicologia diante das contingências do Currículo Mínimo, despontando como principal área de atuação e formação do psicólogo brasileiro. Entendida como uma prática elitista e distante das reflexões sociais, políticas e culturais, o triunfo da clínica psicológica com suas características individualizantes e neoliberais, fora associado ao modelo curricular vigente, percebido como conteudista e técnico, que parecia formar alunos apenas para repetir métodos e teorias importadas do estrangeiro, sem nenhuma adequação a realidade brasileira e local.

O resultado deste diagnóstico foi uma crise de identidade profissional que explodiu sobretudo no período da redemocratização, que culminaria para a urgência de se reformar e

reeducar os psicólogos, repensar sua atuação, bem como também realocar o lugar de valor e importância da clínica psicologia no cenário de atividade profissional do psicólogo. Pensar a clínica psicológica na atualidade, necessitaria previamente coloca-la em crítica e, especialmente do ponto de vista curricular, conceber uma nova forma de sujeito atualizado em nosso próprio contexto para então pensar e fazer uma clínica que verdadeiramente atenda as necessidades dos sujeitos contemporâneos.

Nesse sentido, acreditamos que já temos as condições para, a partir de todos esses elementos levantados até aqui neste capítulo, costurar algumas análises e considerações sobre o que os autores e os currículos de formação possam estar chamando de subjetividade contemporânea e também como ela está emergindo nas formações em psicologia.

Para tanto, retomaremos os chamados princípios norteadores da formação do psicólogo brasileiro presente na carta de Serra Negra, que em nossa análise, apresentaria com certo destaque, o núcleo que balizaria os formatos curriculares no modelos das DCN's e influenciaria diretamente os Programas Políticos Pedagógicos (PPP) de formação em psicologia no que consistiria sua concepção de forma-sujeito contemporâneo.

Junto a tal discussão, contrastaremos alguns planos pedagógicos de cursos de graduação em psicologia, no intuito de perceber aspectos de influência direta de tais princípios sobre os planos pedagógicos, na tentativa de vislumbrar elementos que nos ajudem a perceber o que possa estar sendo entendido como concepção atual de sujeito e, talvez, em que medida essas configurações curriculares, esses princípios e essas proposta de formação, participariam da construção dessa tal forma-sujeito contemporâneo para a psicologia no Brasil.

Como já mencionamos mais cedo, nossa hipótese circula entorno de uma suposta influência exercida pela Carta de Serra Negra enquanto um dos principais reguladores no que consistirá a proposta e a concepção de formação nos Projetos Pedagógicos a partir dos modelos das Diretrizes Curriculares Nacionais e, portanto, um dos principais fatores que efetuariam a produção da concepção de sujeito contemporâneo versada pelos autores e pelos currículos que passam a enfatizar tanto a situação crítica da clínica e da psicologia como um todo, quanto da formação dos profissionais. Para tanto, analisando o plano do curso de psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), encontramos uma menção direta a carta e sua importância para toda a concepção da proposta de ensino da referida formação:

A proposta da criação do Curso de Psicologia se insere, e está em consonância, com discussões e reflexões que os psicólogos já vinham fazendo nacionalmente e estão presentes, principalmente, nas diretrizes apontadas na Carta de Serra Negra, elaborada no Encontro Nacional com gestores de cursos de Psicologia e Conselho Federal de Psicologia, de 31/07 a 02/08 de 1992 na cidade de

Serra Negra, São Paulo [...] Os princípios expostos na Carta de Serra Negra defendem um redirecionamento na formação do psicólogo brasileiro no sentido de desenvolver a consciência política de cidadania e o compromisso com a realidade social e a qualidade de vida [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2013, p. 9).

A partir de então, o documento ensaia uma reflexão histórica, onde apresenta as justificativas de seu posicionamento teórico-político, embasando toda sua construção curricular nas concepções da referida carta.

Com a articulação de diversos movimentos sociais e a conseqüente abertura política, ocorreram diversas iniciativas de transformações sociais. A psicologia inseriu-se nesse contexto e repensou criticamente sua formação profissional, por exemplo, o movimento já citado, Encontro de Serra Negra em 1992. A preocupação da psicologia orientou-se, a partir daí, para a realidade desigual e injusta da sociedade brasileira em que a maioria da população encontrava-se excluída de exercer sua cidadania e da participação na aquisição de bens de consumo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2013, p.10).

Podemos analisar como uma certa narrativa histórica da formação e da profissão da psicologia brasileira, insistentemente apresentado neste trabalho, é utilizada para construir um caminho e justificar posicionamentos e concepções dentro da proposta de formação profissional brasileira. A partir daí, o documento segue apresentado seus objetivo e propostas formativas:

Formar psicólogos com capacidade crítico-reflexiva, fundamentados teórica e metodologicamente para atuarem em diferentes contextos socioculturais, comprometidos com a ética, com a promoção de saúde integral e com o desenvolvimento do conhecimento psicológico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2013, p.11).

Seguindo um pouco mais adiante, o texto apresenta algumas pistas para pensarmos o que seria uma certa concepção de sujeito psi, ao elucidar o necessário para atuar como psicólogo e sua visão profissional:

Em síntese, o bacharel em Psicologia deve ser um profissional comprometido com a educação integral e a formação do cidadão; com a promoção da saúde, nos diversos níveis de atuação, articulada com as políticas públicas; **capaz de compreender e intervir na estrutura e funcionamento da sociedade, numa abordagem pluridisciplinar e numa visão histórica, ética e política, bem como profissional atento à constituição e estruturação do sujeito psíquico, seus padecimentos e meios de conquista da saúde e qualidade de vida.** Atento à pesquisa e ao domínio e desenvolvimento dos referenciais teóricos que utiliza na prática profissional, **comprometido com a investigação científica crítica e com a produção de conhecimento capaz de questionar e promover transformações sociais, bem como o desenvolvimento de sua área de saber** (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2013, p.13. grifo nosso).

Temos aqui vários elementos que parecem expressar todo o discurso dos nossos reformadores, trazendo ênfase numa visão plural, histórica e política do homem e da realidade,

enfatizando a criticidade, a produção do conhecimento e a transformação sociedade. A concepção de homem integral e inserido dentro de dinâmicas concretas de sua existência, bem como orienta o sexto ponto da carta de Serra Negra, per-si já nos parece exalar certas referências a um sujeito dinâmico, multifacetado e historicamente constituído.

A partir da análise do projeto pedagógico da UFAL, e de constatarmos a presença de fortes elementos ligados às características norteadoras da Carta de Serra Negra, seguimos observando essas e outras características semelhantes em outros plano pedagógicos, desse modo podemos explicitar o que necessariamente é preciso ser dito pelos projetos pedagógicos, para se dizer sobre tal compreensão de sujeito e para orientar certas práticas psi dentro da formação. Como alguns fragmentos do projeto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, onde se contrapõe uma visão atual de sujeito a uma versão tradicional de sujeito:

É evidente que um projeto de formação profissional que se propõe a conservar a multiplicidade, teórica e técnica de seu campo [...] visa a um modelo de ensino que possa ir além da noção objetivista de conhecimento implicada na metafísica da modernidade. Nessa, o sujeito é uma subjetividade desencarnada, a-histórica, fundamento autofundante do conhecimento, cujo objeto lhe é independente e exterior. Conhecer é, nesse modelo, assegurar às representações de si e do mundo um grau de certeza indiscutível que, por meio do método científico, viria garantir a objetividade do conhecimento ao pretender eliminar os vieses provenientes dos sujeitos historicamente situados. A metafísica da modernidade impõe uma cisão no sujeito, desqualificando aquilo que pertence e provém do corpo afetivo, que é **sempre finito e histórico**. Ao modelo objetivista de conhecimento contrapõe-se, como possibilidade outra do fazer científico, **a perspectiva da construção processual dos sujeitos que, afetados pela alteridade dos objetos, se constroem ao construir seus conhecimentos e suas práticas** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2009, p.14-15. grifo nosso).

Acompanhamos, em seguida, a justificativa pedagógica para a adoção de tal perspectiva de sujeito, e as referências ao que poderíamos entender como uma certa concepção marxista e histórico cultural, junto a certos traços pós-modernos, inserindo uma atitude política na forma(ação) do psicólogo.

A idéia de sujeito como processo permite projetar uma mudança qualitativa na maneira de pensar o ensino e a aprendizagem, que incorpora uma **dimensão de busca, criatividade e devir** [...] Decorre desse princípio a negação de uma relação de exterioridade entre o sujeito (aluno) e o objeto (saber que estudam). Ambos se constituem mutuamente mediante a atividade da aprendizagem [...] A dialética sem síntese entre o conhecimento tácito (as experiências pessoais) e o conhecimento representacional (as teorias) sustenta e põe em movimento o trabalho de pesquisa sem a qual nenhuma aprendizagem pode se dar [...] o estudante entra em relação consigo e com o mundo, muito além da mera vinculação técnica e burocrática com a tarefa a realizar (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2009, p.15. grifo nosso).

Dentro de todo o movimento histórico produzindo desde o final dos anos 1970, as narrativas parecem contar uma história de uma força dentro da psicologia brasileira de tentativas de mudanças e rompimento com as estruturas primeiras da profissão no território nacional, aquelas que se utilizaram de uma certa matéria prima dos tempo ditatoriais para se construir e se afirmar profissionalmente. Daí se referenciam a áreas clínica, industrial e escolar como referências dessa psicologia tradicional, formada pelo modelo do currículo mínimo, e que passa a ser reformulada. A crítica ao modelo do currículo mínimo, como já mencionamos anteriormente, foi se misturando com a crítica ao profissional clínico, dada sua centralidade e *status* dentre todas as áreas clássicas do ponto de vista social e mesmo mercadológico, junto a uma crítica contra a repressão, a exclusão e a opressão ditatorial. Todos esses três elementos parecem dar forma a fantasmagórica psicologia tradicional brasileira: tecnicista, capitalista, autoritária e elitista. Operar algumas reestruturações no *status quo* significaria também, para nossos reformadores, implicar-se nos movimentos sociais de oposição ao governo.

Em 1983 o Sindicato de São Paulo se filia à CUT e os psicólogos vão ocupando pequenos espaços nesta entidade. Além disto, ampliam significativamente a participação no movimento da saúde, abraçando a luta antimanicomial. Enquanto a categoria aumenta a sua participação social, proliferam novos espaços para o debate da ciência e da profissão (BOCK, 2001, p.19).

De modo que, ser um agente de transformação social parecia se tornar uma condição para alguma perspectiva de mudança, era preciso ser um psicólogo para o social, e não só para o individual. As formas de enfrentamento e mudanças passaram também pelas fortes influências esquerdistas, refletindo sobre a desigualdade social, compreendia que as tensões sociais e o estresse das relações produziam enfermidades mentais e a população poderia exercer um papel ativo em seu próprio processo de tratamento. As práticas ditas emergentes em psicologia apresentaram, portanto, certa relação com concepções marxistas e histórico-culturais, talvez, de algum modo, seus ideais faziam frente a tudo o que os reformadores da psicologia se opunham no cenário político e cultural vigente da psicologia brasileira.

Junto a certos aparecimentos discursivos que narram a existência de tal forma-sujeito dinâmica, observamos o desuso de alguns termos como “personalidade”, por exemplo, dando lugar ao termo “subjetividade”, acrescentando um certo caráter de devir e de fluidez no sujeito (BOCK, 2001). O lugar da historicidade é enfatizado, justificando uma atitude mais cidadã e politizada do profissional psicólogo.

A definição da psicologia como prática política constitui-se, portanto, como princípio ordenador desta proposta, inscrevendo a produção do conhecimento e as intervenções do psicólogo nos jogos de verdade e de poder

contemporâneos[...] Deste modo, a afirmação da ênfase em Políticas Públicas para a formação dos futuros profissionais em Psicologia **busca enfrentar as tradicionais dicotomias entre público e privado, individual e coletivo, teoria e prática, ensino e pesquisa, de modo a radicalizar a compreensão da subjetividade como expressão das marcas de um tempo e da psicologia como uma das possíveis estratégias de inflexão dos modos de subjetivação**, sensível à emergência de sofrimento e à implicação do trabalho, intervindo nas formas concretas nas quais as instituições se organizam, para construir e sustentar possibilidades de existência com menos sofrimento psíquico, onde o protagonismo de si corresponda a uma ética de convivência congruente com o mundo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2006, p.21. grifo nosso).

É possível notar que a tal "forma-sujeito-socio-histórico-pós-moderno" pregada pelos currículos, passa a produzir e moldar uma certa forma-psicólogo-brasileiro. Talvez por isso a insistência de nossos reformadores em enfatizar a necessidade de uma transformação na concepção de subjetividade, que em si já traz novas implicações abordando o próprio termo subjetividade. De modo que "sem desconsiderar a diversidade de concepções que constroem a psicologia e suas diferentes subáreas, busca-se assegurar uma visão integrada do ser humano em sua totalidade e em sua relação com sociedade e a natureza" (FFCLRP-USP, 2017, p.19).

Contudo, o que os projetos pedagógicos parecem apresentar é uma forma-profissional presente quase que na totalidade dos currículos analisados, expressos nos princípios, nos objetivos, nas competências, e mesmo na finalidades dos PPPs. Configurada uma estrutura curricular e profissional implicada nas dinâmicas sócio-político-culturais, temos então o psicólogo-cidadão. Como diz o fragmento do projeto pedagógico da Universidade Federal de Fluminense.

Seu objetivo é contribuir para a **formação de um cidadão** imbuído de valores éticos que, com competência técnica, possa **atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente [...]** (UNIVERSIDADE FEDERAL DE FLUMINENSE, 2009, p.15. grifo nosso).

Podemos encontrar outras menções da forma-psicólogo-cidadão em outros projetos pedagógicos, que afirmam a importância do profissional de psicologia engajar-se na construção de uma sociedade mais justa, implicando-se ativamente nos movimentos sociais, políticos e culturais também:

Com base nessa concepção, busca-se uma sintonia com uma formação global e crítica para os envolvidos no processo de formação, tendo como objetivos precípuos capacitá-los para o exercício da cidadania, promoção do bem-estar e transformação de realidades que comprometam a dignidade e convivência social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2009, p.11).

Mesmo em projetos mais atuais, como consta no fragmento encontrando o projeto pedagógico da PUC-Minas, a ênfase na função social do psicólogo e em seu engajamento como profissional-cidadão também pode ser verificada no fragmento abaixo:

O psicólogo formado no curso deve ser cidadão com postura crítica e ética, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e democrática e com as transformações sociais. A função social do psicólogo é a referência para o planejamento do curso em seus diversos campos de atividade, seja na educação, na clínica, na saúde, nas organizações e instituições, nas comunidades e nas políticas públicas (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2016, p.10).

Em sequência, também podemos citar o projeto da USP na esteira da promoção de um horizonte social para a formação de um psicólogo que promova cidadania:

A integração indissociável e permanente entre teoria e prática e a necessidade de flexibilização de uma formação profissional num cenário cada vez mais globalizado, devem ser orientadores para a formação reflexiva da ampla gama de questões que envolvem a atuação do psicólogo. Neste sentido, a formação deve oferecer condições para a análise e a crítica das demandas sociais e das implicações ético-políticas da atuação em diferentes contextos, produzindo estratégias de ação e projetos de intervenção que promovam os direitos da cidadania e a qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2017, p.19).

Contudo, nossas análises caminham para um reestruturação formativa dentro do currículos de psicologia, possibilitadas, de certo modo, pelas DCN's, que, por sua vez, trazem as concepções e os discursos dos princípios da Carta de Serra Negra, tais concepções e discursos parecem operar uma verdadeira reforma nas perspectivas de sujeito enquanto fenômeno psicológico, de profissão e de atuação, por meio de uma reconfiguração na formação do psicólogo brasileiro. Reapresentar o discurso da Carta de Serra Negra nas diversas ementas e projetos pedagógicos das universidades é, direta ou indiretamente, um fator interessante para pensarmos a respeito de que forma de subjetividade a chamada psicologia atual está interessada em ouvir, falar, pesquisar e produzir.

Trazendo consigo o discurso de todos os movimentos de crítica que emergiam desde o final da década de 1970, munido de perspectivas culturais e sociais, as orientações políticas do manuscrito de Serra Negra parece orquestrar o modo como toda a crítica direcionada ao sabor amargo que ainda se fazia presente no formato curricular, na atuação profissional e no mercado de trabalho da psicóloga brasileira, poderia se converter em uma estratégia de reestruturação da formação em psicologia, construindo um outro tipo de profissional, assumindo uma outra forma de subjetividade.

Afinal, desse modo parece que a expansão de campos de atuação é promovida, legitimada e justificada, ao mesmo tempo em que certas práticas, são utilizadas como bodes expiatórios para possibilitar todo o discurso de mudança profissional, no caso, as práticas clínicas.

Que Psicologia não é tratamento psicanalítico para uns poucos, os mais afortunados da sociedade. Que precisamos ter, no mínimo, um psicólogo em cada escola, do berçário, do maternal e do jardim à pós-graduação. Que deve obrigatoriamente haver um ou mais de um; muitos psicólogos em cada unidade ligada à área de saúde; em cada posto, em cada hospital. Que a presença e atuação do psicólogo deve ser obrigatória em estabelecimento de atendimento à terceira idade. Que todas as empresas com uma centena ou mais de empregados precisam contar com o psicólogo. Que o psicólogo é imprescindível no aparelho jurídico e correccional, nos clubes e centros de lazer, esportes, recreação e atividades físicas. E assim por diante. Obviamente isto demanda uma corajosa, demorada e séria, drástica, revisão de currículo, disciplinas, programas e atividades nos cursos de Psicologia, coerente, é bom repisar, com o melhor estado da arte, em sintonia com o que de melhor se faz lá fora nesse sentido (PFROMM NETTO, 2007, P.5-6).

O ataque ao modelo de Currículo Mínimo pareceu se colar junto a um ataque a clínica psicológica, porém de um modo indireto, uma vez que tanto a clínica, quanto as chamadas “áreas tradicionais de atuação do psicólogo” precisariam ceder espaço curricular para contemplar outros aspectos da formação então emergentes nas novas conjunturas sócio-culturais e políticas do país. Desse modo, foi a descentralização das atenções na formação do técnico clínico, por exemplo, motivando a construção de um currículo generalista, versado em diferentes áreas psi, como saúde coletiva, psicologia comunitária e psicologia hospitalar, por exemplo, que possibilitou explorar novos espaços para a profissão no Brasil.

Contudo, notamos que eliminou-se o Currículo Mínimo, mas manteve-se a clínica, porém deslocando-a, talvez, de sua morada solitária, colocando-a junta a um outro conglomerado de práticas que se convencionou chamar de área da saúde ou dos processos de saúde. Em grande parte dos programas pedagógicos, encontramos a clínica como centro de atuação que recebe considerável atenção das ementas e dos estágios, mesmo deslocada e partilhando espaço junto outras práticas na área de “processos clínicos e promoção de saúde” ou qualquer coisa do gênero. Encontra-se nessa forma-ênfase-curricular, exatamente a partilha de espaço, sem perder sua majestade: a clínica junto a certa colagem às práticas de saúde, debate este explorado por Siebra (2018) em sua proposta de interrogar a relação entre psicologia e saúde, tensionando a naturalização constatada a uma psicologia, e porque não dizermos a uma psicologia clínica, que sempre pertenceu a área da saúde, junto a uma psicologia da saúde que parece que é inerente às práticas em saúde.

Mantendo-se firme, apesar dos novos modos de formação, a clínica parece ganhar mobilidade curricular. Podendo e devendo ser pensada em uma maior extensão, alcançando a

todas as formas de sujeito. Nesse sentido, as mudanças no modelo curricular parecem, na verdade, fortalecer expressivamente a área clínica, pois uma efetiva transformação na concepção de sujeito, operado pelos projetos pedagógicos e pelas formações profissionais, não só efetivam reformas e deslocamentos da clínica dita tradicional de consultório, mas também convoca-a a realizar uma autocrítica, a contextualizar-se e a reinventar, para sair das quatro paredes e de seus ditos conceitos fechados, para, desse modo, atualizá-los junto a nova concepção de subjetividade, então, vigente e conseguir se tornar uma prática amplamente social. e desse modo, uma prática que atenda a todos. Afinal, tal concepção passaria a nortear todas as demais áreas de atuação, e não só a clínica. Mas vejamos o que há de vantagem nisso?

Ora, por fim a clínica psicológica, com sua nova visão de homem, não perde espaços conquistados, não deixa de ser a área de maior concentração profissional, não perde seu status de referência ao senso comum como sinônimo da identidade profissional do psicólogo. Apesar de toda crítica voltada a seu ofício, e a seus danos políticos e sociais a profissão, tão eloquentemente referidos pelos reformadores, parece que ela nunca foi abandonada. Não temos um movimento de “desclínicação” da psicologia ou de “Anticlínica”, como se observou, por exemplo, na Inglaterra dos anos 1960 com o movimento da Antipsiquiatria¹, que gerou uma fermentação de grande parte das práticas de reforma psiquiátrica e luta antimanicomial, integrando, hoje, o corpo ético e político de vários movimentos de saúde mental e de psicologia, inclusive no Brasil. Pelo contrário, passa a manter espaços e mesmo até, a ocupar novos espaços transmutando-se em algo além de consultórios fechados para tornar-se um invisível que encarna em posturas, escutas diferenciadas e condutas éticas então ditas clínicas.

Na verdade, agora a clínica psicológica parece ainda mais fortalecida, pois argumentar por sua politização e implicação social, não significou expulsá-la dos consultórios para torná-la outra coisa que atenda o apelo das ruas e dos espaços públicos. Do ponto de vista do ensino e da formação, vemos que os esforços de reformas curriculares implicaram em novos espaços de atuação legitimados e conquistados, efetivando uma “desubstancialização” do locus da clínica psi. Afinal, para dar conta de um sujeito sócio-histórico-político e mutável, é preciso flexibilizar a clínica, afirmar seu caráter itinerante e sua concepção enquanto uma atitude, uma escuta, enquanto uma postura que cabe em qualquer ambiente ou talvez para fortalecer e manter

¹ A antipsiquiatria foi um movimento que se iniciou em meados dos anos de 1950, iniciado em solo britânico, e ganhou expressividade nos anos de 1960, no qual vários psiquiatras passaram a questionar e a se contrapor a todo o formato de atuação da dita “medicina mental”, tal como as práticas asilares, o eletrochoque, o uso de psicofármacos e outras abordagens que implicavam na contenção do doente e restrição de liberdades, bem como as próprias concepções de normalidade e loucura.

a força das práticas clínicas em psicologia, flexibilizá-la, torná-la mais móvel foi preciso afirmar uma nova forma de sujeito dentro das concepções de formação profissional dos psicólogos.

Com essa manobra, a clínica deixa de ser um lugar e torna-se virtualmente uma atitude, uma postura, uma ideia. Basta observarmos os efeitos dessa mudança na forma-sujeito-psicológico, para constatarmos que ela não só justifica a conquista de outros espaços para a clínica psicológica brasileira, colocando-a em relação de imbricação com a área da saúde e as práticas de promoção de saúde, mas também legitima seu espaço de consultório “tradicional”, afinal, se a atitude do clínico muda diante do sujeito, não importa aonde eles se encontrem, a efetiva concepção atual de subjetividade se operacionaliza, mesmo diante do divã.

A rainha do tabuleiro permanece no jogo, com mais espaços e possibilidades, mesmo após o sacrifício de algumas peças. Ela permanece sendo a peça de maior mobilidade. No xadrez, o poder de fogo está nas peças de maior alcance e movimentação para destruir outros oponentes. Certamente, por analogia, dar maior mobilidade a clínica, é aumentar ainda mais seu poder e, nesse sentido, talvez seja esse o cheque-mate operado pela reeducação do psicólogo brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A EXPANSÃO DOS ESPAÇOS CLÍNICOS E AS PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS NA ORGANIZAÇÃO PSI BRASILEIRA.

“O mais influente - O fato de um homem opor resistência a toda sua época, retê-la no portão e exigir contas tem de exercer influências! Pouco importa se ele quer fazê-lo; a questão é se pode”
(NIETZSCHE, 2012, p. 150).

Ao chegar numa etapa de conclusão de uma investigação que se propôs ser muito mais "degustativa" do que parecerista, somos, em certa medida, convocados a expressar o gosto que essa empreitada deixou em nosso percurso. Contudo, mais do que uma parada de fechamento, esse capítulo traz na verdade a sensação de uma breve pausa para se contemplar o enorme caminho a se percorrer no horizonte a frente, e talvez, até refletir sobre a sensação nauseante que possivelmente esse horizonte provoque caso seja para baixo que ele aponte, numa suposta sensação de abismo a frente.

Ousamos resgatar uma série de discursos e narrativas a fim de decantarmos uma outra narrativa a respeito da história da crise da psicologia clínica no Brasil e os modos como as tensões de tal crise foram se desdobrando, efetivando as transformações curriculares e profissionais vigentes na atualidade do psicólogo brasileiro. Passando desde os anos de sua inserção curricular a regulamentação profissional nos anos sessenta, e das novas mudanças curriculares no início do século XXI.

Na tentativa de seguir os rastros dos anúncios de tal crise na clínica psi, observamos que muitos desses discursos se encontravam em textos e documentos que se inseriam diretamente na questão da formação acadêmica do psicólogo. Com isso, perspectivamos a possibilidade de analisar a história da formação curricular da psicologia no país, no intuito de acompanharmos os efeitos de suas narrativas na formação de uma dita "nova concepção de subjetividade contemporânea", que colocava em cheque a validade do exercício clínico aos moldes clássicos e intimaria o psicólogo a se reinventar.

Deparamos-nos, então, com as condições que pareciam participar e coproduzir os novos elementos que estariam sendo reivindicados por uma certa gama de profissionais psi, interessados em reestruturar a formação curricular do psicólogo brasileiro. Implicá-lo socialmente, expandir seu escopo de atuação, clarificar seu valor como agente de transformações sociais, culturais e políticas, tornando cada vez mais necessário.

Como consequência, o novo modelo baseado em diretrizes curriculares, parece trazer em seu bojo um conjunto discursivo diretamente sintonizado com as proposta de ampliação da profissão, curiosamente, operacionalizando também uma ampliação da atuação e do espaço clínico na sociedade brasileira. As críticas a psicologia clínica, junto aos anúncios de sua crise, pareceu se desdobrar num processo de ampliação dos territórios clínicos e de consolidação de seus espaços “tradicionais”, porém vacinando-os com uma nova concepção de sujeito que viria a efetivar novos espaços, pelo menos do ponto de vista da formação do psicólogos, de virtuais novos espaços para a atuação profissional.

Contudo, esta suposta conclusão não se delinea com um sabor de êxito. Ao acompanharmos os deslocamentos da clínica psicologia nos currículos e percebemos sua manutenção, reformação e ampliação no cenário da formação, da atuação e da profissão do psicólogo brasileiro, não podemos deixar de notar a possibilidade de todo esse movimento ser secundário ou talvez letárgico em relação a outras forças mais proeminentes na condução da psicologia brasileira.

Abordamos mais cedo que a querela entre psicólogos e médicos pelos espaço clínico parece ter se resolvido num acordo de cavalheiros, onde não menciona nada de clínica ou psicoterapia na regulamentação da profissão do psicólogo, mas o coloca na função de solucionar problemas de ajustamento.

A questão da clínica é retomada cerca de trinta anos depois, em 1992, em um documento confeccionado pelo CFP para o catálogo brasileiro de ocupações do Ministério do Trabalho. Ele aborda uma serie de descrições a respeito das atividades do psicólogo nas suas diversas áreas de atuação, descrevendo suas funções e competências em cada uma delas, inclusive a ocupação clínica que:

Atua na área específica de saúde, procedendo ao exame de pessoas que apresentam problemas intra e interpessoais, de comportamento familiar ou social ou distúrbios psíquicos, e ao respectivo diagnóstico e terapêutica, empregando enfoque preventivo ou curativo e técnicas psicológicas adequadas e cada caso, afim de contribuir para a possibilidade de o indivíduo elaborar sua inserção na vida comunitária: atende à gestante, acompanhando a gravidez, parto e puerpério para integrar suas vivências emocionais e corporais; prepara pacientes para a entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive pacientes terminais, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, para oferecer maior apoio, equilíbrio e proteção aos pacientes e seus familiares; acompanha programas de pesquisa, treinamento e política sobre saúde mental, elaborando, coordenando e supervisionando, para garantir a qualidade de tratamento em nível de macro e microsistemas; atua junto a equipes multiprofissionais identificando e compreendendo os fatores emocionais, para intervir na saúde geral do indivíduo em unidades básicas, ambulatórios, hospitais, adaptando os indivíduos a fim de propiciar a elaboração das questões concernentes à sua inserção social; participa de programas de atenção primária em centros e postos de saúde na comunidade organizando grupos específicos, para prevenir doenças ou agravamento de fatores emocionais que comprometem o bem-estar psicológico;

desempenha tarefas similares às do psicólogo, em geral (0-74.10), porém é especializado no estudo, prognóstico e diagnóstico de problemas na área de psicomotricidade e psicopedagogia, problemas emocionais, num grande espectro, procedendo a terapêuticas, através de técnicas psicológicas a cada caso, como atendimento psicoterapêutico individual, de casal, familiar ou em grupo, ludoterapia, arteterapia, psicomotricidade e outras, avaliando através de entrevistas e testes de dinâmica de grupo, a fim de contribuir para prevenção, tratamento e elaboração pelo indivíduo à sua inserção na sociedade (BRASIL.MTE, 1992.).

Nota-se que em quase trinta anos, uma perspectiva bem ampla e complexa sobre o que consiste uma atribuição clínica fora desenvolvida, mas esse movimento não é mais uma novidade para o leitor nesse momento. Observamos de outro ângulo os efeitos de toda movimentação corporativa e institucional atuando sobre o campo profissional e sua ampliação. Contudo, no ano de 2000 a psicoterapia é regulamentada como prática própria do psicólogo pela Resolução CFP 10/2000. Reforçando nosso argumento que o movimento não é apenas de expansão de novos espaços, mas também de consolidação de espaços ditos como tradicionais. Como um campo compartilhado com psicanalistas e psiquiatras, a clínica volta a ser discutida em 2009, no que ficou conhecido como o ano da psicoterapia. E de uma maneira geral, o que pareceu emergir foi a dificuldade de uma formação clínica nos cursos de ensino superior.

Parece que apesar de ser a área mais procurada por estudantes e profissionais, a clínica tem, na maioria dos casos, uma limitação dentro da graduação e, muitas vezes é resolvida com formações complementares realizadas fora do âmbito universitário, num mercado de formações clínica já consolidado no país (OLIVEIRA, 2009). Não deixa de ser curioso como apesar dos vários esforços para popularizá-la, as características neoliberais da formação clínica ainda se matem enlatada em suas constituições propriamente privadas em nosso país. Apesar de sua expansão, longe de nós pensar num reinado de paz e tranquilidade da rainha do tabuleiro. No jogo de poder do espaço psi brasileiro, as tensões e lutas parecem continuar para muito além de um embate teórico-epistemológico sobre a formação.

Outro importante acontecimento ocorreu na esteira desses movimento ocorreu há pouco tempo, quando o Conselho Federal de Psicologia lançou uma resolução onde se flexibilizaria algumas medidas no que consiste a regulamentação do atendimento psicológico online. A resolução número 11, de 11 de maio de 2018, deixa de falar sobre atendimento online, e passa a usar "prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação“.

A partir de então, os atendimentos online, que mantinham uma restrição de 20 sessões totais, não terão mais limites ou restrições de meio ou canais de comunicação online. Chamadas de vídeos, mensagens de texto e todo qualquer recurso tecnológico é considerado. O mais intrigante nesse caso são as motivações que fizeram o CFP flexibilizar suas restrições.

Aplicativos de celulares e plataformas de internet já são uma realidade que vem se disseminando em pouco anos, o que de certo modo, não foi visto com tantos bons olhos pelos órgãos fiscalizadores, por conta da violação de alguns termos da regulamentação da época, como o sua propaganda agressiva e mesmo como uma modalidade incomparável ao atendimento presencial.

Contudo, sua popularidade e adesão dos pacientes passou a por o atendimento online como uma realidade incontornável. A solução encontrada pelos aplicativos foi retirar o termo "psicólogos" e adotar a nomenclatura de "terapeuta", fugindo da legislação do CFP, uma vez que a psicoterapia ou a terapia não é um domínio privativo ou restrito a psicólogos . Seguindo uma lógica eminentemente mercadológica, os serviços de aplicativos e plataformas online parecem ter dobrado o próprio conselho federal, que em pouco tempo acabou por acolher a suposta nova tendência do mercado. De todo modo, o efeito tal demanda mostra um pouco como as regulações de nossa profissão e ciência não são necessariamente sempre bem fundamentadas ou cientificamente validados para ter poder sobre os rumos de nossa formação ou atividade profissional.

Afinal, é curioso como uma categoria que tem num prática "tradicional" como clínica psicológica, que, bem dizer, acaba de ter sido reestruturada em seu alcance espacial e territorial, pode apresentar verdadeiras resistências no que consiste os atendimentos por meio de tecnologias da informação e da comunicação. Vale lembrar que mesmo os "clínicos clássicos", fundadores das abordagens clínicas, por si mesmos não guardavam muitas ressalvas no uso das tecnologias de sua época para intervenções e atendimento psicológicos. Sabe-se bem que Freud realizou atendimentos por correspondência (VIDAL, 2010). Carl Jung realizava algumas de suas sessões caminhando nos jardins e bosques com pacientes psicóticos (BARCELLOS, 2004). Jacob Levi Moreno realizava suas intervenções nas praças e em ambientes públicos (MORENO, 1984). Fora toda uma variedade incontável de outras formas de encontros, canais e tecnologias terapêuticas que não teríamos tempo de contar, que ao longo de toda a história da psicologia clínica foram sendo utilizadas, inventadas e abandonadas.

Desses movimentos, temos uma constatação importante em nossas considerações finais. Não parece ser a partir de uma serie de construções epistemológicas, metodológicas, éticas e científicas engendradas no cerne de uma novo currículo que capacite o psicólogo a ampliação do atendimento clínico psicológico, que possa, hoje, alcançar tal ponto, que os limites territoriais não são mais considerados para se realizar um atendimento. Muito pelo contrário, um ritmo, que parecer ser ditado pela força e vontade de um mercado, dobra decisões ética e metodológicas, embasadas em estudos e práticas científicas, a ponto de muito mais

rápido e habilmente, modificar toda uma lógica de conduta, postura e intervenção dentro das práticas clínicas psi.

Talvez ao nos voltarmos para os discursos centrados na formação do psicólogo, seus ataques a clínica e suas efetivas mudanças curriculares, efetivando virtuais novos espaços de atuação e de ampliação da atuação clínica, tenhamos ficado ainda na cortina de fumaça que, a rigor não operam mudanças, mas parecem bem mais justificá-las. Se nossa pesquisa possa servir para algum entendimento, possa ser de que não é exclusivamente por essa lógica efetivamente de estudos, métodos, pesquisas e lutas políticas que somos transformados enquanto categoria e enquanto ciências, mas que todo o movimento da reeducação curricular venha a servir de uma discurso nobre e simpático, justificando a emergência de novas práticas e concepções, e não necessariamente conduzido-as.

O exemplo do ampliação das modalidades de atendimento virtual, expressa o efeito de forças completamente diferentes de poderes e discursividades acadêmicas e científicas, conduzindo a clínica psi a conquista de novos espaços. Contudo, a clínica psicológica parece estar se tornado tão ampla que, nas configurações atuais, uma parte que compõe a própria área clínica parece se assustar com o tamanho de sua extensão e com as (de)formações que ocorrem de seu crescimento e expansão.

Certamente, teremos novas tensões em pouco tempo no modo como as novas tecnologia afetaram a formação de psicoterapeutas, os estágios e os atendimentos clínicos , talvez, em algum tempo demandaram novas respostas da formação acadêmica para preparar os profissões futuros para os novos espaços de atuação, sobre a égide de novos discursos e regimes de justificação. Afinal, ainda não se tem registro de alterações curriculares que prevejam estágios clínicos online. Talvez outras formas-sujeitos tendam a emergir ou mesmo ser exigidas nesse processo. Talvez novos modelos curriculares ganhem lugar. Afinal, como acompanhamos as relações políticas, históricas, sociais e econômicas acompanham e participam de perto desses processos.

Portanto, o que percebemos é a influencia de forças econômicas e mercadológicas conduzindo os processos de mudança na profissão do psicólogo. Atualmente, atravessamos um momento de intenso progresso de uma política neoliberal, empresarial e mercadológica infiltrando-se nos diversos setores sociais, inclusive e em especial na educação superior. Mesmo o profissional autônomo que atua com sua clínica psicoterapêutica, sente a competição do mercado se acirrar com práticas como o *coaching*, com jogos e aplicativos eletrônicos de caráter terapêutico e mesmo com as tendencias de práticas online. Uma consequência talvez

jamais imaginada por nossos reformadores, que provavelmente produzam novas crises profissionais, curriculares e políticas para a psicologia no Brasil.

Os efeitos da ampliação do campo de atuação clínica, advindos com as novas concepções de subjetividade contemporânea, balizados pelos novos modelos de formação do psicólogo brasileiro colhe agora os efeitos de sua grande manobra política ou mesmo se percebe como pão de forças bem poderosas do que se possa notar. Lidando com as consequência da emergencia de outros territórios, para muitos, assustadores. Para outros, potentes e repletos de riquezas ainda não exploradas.

Parece ainda ser precioso certo artefatos que constroem a imagem profissional do clinico psi brasileiro. Seu locus de trabalho, a qualidade de sua presença, de sua escuta e de sua postura. É provável, que tudo isso que se configura como clínica psicológica na atualidade estremeça pelas possibilidades novas, seja de pavor, seja de excitação. Qual clínica está a surgir na aurora de um novo tempo? Em tempos onde os inevitáveis processo de informatização virtualizam e aceleram as relações como nunca houve antes? Num contexto sócio-político liberal e de extrema direita, no curso de um constate desmonte de políticas públicas e saúde mental, de direitos humanos, trabalhistas e ensino públicos? A incerteza de tempos nebulosos ainda dificultam alguma visão mais nítida, mas o horizonte se agiganta de antes das possibilidades investigativas, junto a náusea da sensação de declive que talvez tal horizonte possa se tornar abismal.

Um cenário que traz ainda muitas possibilidades de investigação, uma perspectiva que ainda inquieta. Contudo, é na abertura de outros horizontes, na dúvida e nos questionamentos que podemos deixar em cursos essas provocações. Afinal, pouco se encontra sobre essas atuais modalidades de clínica na atualidade, porém, é provável que esses indícios possam apontar para mais algumas rodadas no complexo e belicoso xadrez dos jogos de forças no cenário das práticas psi brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, R. L. S.; CARVALHO, M. B. W. B.; QUIXABA, M. N. O.; A arqueogenealogia de Foucault como ferramenta para problematizar a formação de professores na educação especial. IN: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2009, Londrina. *Resumos...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.
- ALVAREZ, M. C. Michel Foucault e a sociologia: aproximações e tensões. *Estudos Sociológicos Araraquara*, v.20, n.38, p. 15-33, 2015.
- ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. *Revista Aulas* n.3, p.1-24, dez-mar 2006 –2007.
- ARAUJO, Renata, “A Clínica ampliada e as políticas de assistência social: uma experiência com adolescentes no programa de atenção integral à família”. In: **Psicologia.PT- O Portal dos Psicólogos**, Portugal, 2012.<http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?o-sofrimento-psiquico-na-pos-modernidade-uma-discussao-acerca-dos-sintomas-atuais-na-clinica-psicologica&codigo=TL0311&area=>. Acesso em: 12/06/2018.
- BARCELLOS, G. Jung, junguianos e arte: uma breve apreciação. **Pro-Posições**. v. 15, n. I (43) - jan./abr. 2004
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1985.
- BENEVIDES, P. S. Pesquisar com Michel Foucault. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 36, p. 262-285, jan/ab 2016.
- BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? **Psicologia**, v.5,n.1, 1-15. 1979.
- _____. Em busca de perspectivas para a psicologia como área de atuação e como campo profissional. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Quem é psicólogo brasileiro?** p. 273-297, São Paulo, Edicon. 1988.
- BASTOS, A.V.B. Área de atuação: em questão nosso modelo profissional.Em: Conselho Federal de Psicologia. (Org.).**Quem é o psicólogo brasileiro?** p.163-193, São Paulo, Edicon, 1988.
- BASTOS, A.V.B. & GOMIDE, P.I.C. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional, **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.9, n.1, p.6- 15, 1989.
- BOCK, A. M. B. História da organização dos psicólogos e a concepção do fenômeno psicológico. in A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), **Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ. 2001. p. 13-24.
- _____. Perspectivas para a formação em psicologia, **Psicologia, Ensino & Formação**. v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. **Boletim de Psicologia**, v.14, n.44, 71-76, 1962.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**, Brasília: MTE, s.d. Disponível em <https://site.cfp.org.br/leis_e_normas/cbo-catlogo-brasileiro-de-ocupaes/>. Acessado em 07/12/2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Carta de Serra Negra**: documento síntese do Encontro Nacional dos Cursos de Psicologia. Repensando a formação. Serra Negra (SP), 1992. Disponível em <<http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1992-cartadeserranegra.pdf>>. Acessado em 07/12/2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 10 de 20/12/2000**. Brasília: CFP, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 11 de 11/05/2018**. Brasília: CFP, 2018.

BRITO, D. A. S. et al., A transdisciplinaridade na construção da prática psicológica e no campo da clínica. **Húmus**, v. 5, n. 14, p. 75-87, 2015.

CENTOFANTI, R. Radecki e a psicologia no Brasil. **Psicologia, ciência e profissão**, v1, p. 2-50. 1982.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem**: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor, 1995.

CRUCES, A. V. V. A pesquisa na formação de psicólogos brasileiros e suas políticas públicas. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. v. 28, n. 2, p 240-255, 2008.

CUNHA, A. C. M.; LUZIO, C. A.; PAIVA CRUZ, S. G. F. A arqueogenealogia como ferramenta de pesquisa no campo da Atenção Psicossocial. **Revista de Ciências Humanas** v. 48, n. 2, p. 186-203, jul-dez 2014.

CURY, B. & FERREIRA NETO, J. L. Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo. **Psicologia em Revista**. v. 20, n3, p.494-512, 2014.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos Psicológicos**, v. 3, n 1, p. 53-81, 1998.

_____. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos Psicológicos**, v. 5, n 1, p. 95-121, 2000.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004.

ESCH, C. F., & JACÓ-VILELA, A. M. A regulamentação da profissão e os currículos de formação psi. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), **Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ. 2001. p. 17-24

FERREIRA NETO, J.L. Uma genealogia do presente da formação do psicólogo brasileiro: contribuições foucaultianas, Belo Horizonte, MG, **Psicologia em Revista** , v. 8, n. 12, p. 115-116, dez. 2002.

_____. Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. **Memorandum**, v.18, 130-142, 2010.

FOUCAULT, M A Arqueologia do Saber. (Trad: NEVES, L. F. B.) 8º ed. 4ª tiragem. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. Nietzsche, Freud e Marx. In: MOTTA, M. B. (org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015c.

_____. A Psicologia de 1850 à 1950. In: MOTTA, M. B. (Org.); RIBEIRO, V. L. A. Trad. **Ditos & escritos I**. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MOTTA, M. B. (Org.); RIBEIRO, V. L. A. Trad. **Ditos & escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. (Trad: MACHADO, R. C. M.; MORAIS, E. J.) 3º ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). (Tradução GALVAO, M. E.) São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. 5ª ed. (Trad.: SAMPAIO, L. F. A.) São Paulo: Loyola. 1999.

GOIS, C. W. L. **Psicologia clínico-comunitária**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste, 2012.

JAPUR, Marisa. Formação em psicologia: a perspectiva da carta de Serra Negra. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto , n. 7, p. 42-55, Aug. 1994 .

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. G. Formação em psicologia no Brasil: Um perfil dos cursos de graduação. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão** v. 29, n 4, p.718-737, 2009.

LO BIANCO, A. C. et al. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In: **Conselho Federal de Psicologia** (Org.), Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação, p. 7-76, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 3ª ed., 2006.

- MASSIMI, M. **História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934.** São Paulo: EPU. 1990
- MARTON, S. **Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche.** 2 ed. São Paulo: Discurso Editorial e Editora UNIJUÍ, 2001.
- MEJIAS, N. P. **O psicólogo, a saúde pública e o esforço preventivo.** São Paulo, SP: Saúde Pública, n.18, 1984.
- MEMÓRIA: 30 anos de regulamentação. **Psicologia, Ciência e Profissão** Brasília , v. 12, n. 2, p. 4-9, 1992.
- MOREIRA, A. C. G. Psicoterapia: por uma estratégia de integralidade. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (C.F.P). **Ano da psicoterapia: textos geradores.** 2009, p. 75-87.
- MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. O. O surgimento da clínica psicológica: da prática à curativa aos dispositivos de promoção de saúde. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão** v. 27, n 4, p 8 .608-621, 2007.
- MORENO, J. L., **O teatro da espontaneidade.** São Paulo, Summus, 1984.
- MOTA, T. Nietzsche, Foucault e o sentido da genealogia. In: FADUL, Gustavo Costa; José Arruda; Ruy Carvalho(Org.). **Nietzsche, Schopenhauer: Gênese e significado da genealogia.** Fortaleza: Ed.UECE, 2012. p.115-136.
- MOURA, E. P. G. A Psicologia(e os psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: Reflexões a partir das propostas de diretrizes curriculares (MEC/SESU) para os cursos de graduação em psicologia. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.19, n,1, 10-19, 1999.
- MURTA, S. G.; MARINHO, T. P. C. A clínica ampliada e as políticas de assistência social: uma experiência com adolescentes no programa de atenção integral à família. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 85-72, 2009.
- NIETZSCHE, F.W. **A gaia ciência**, (Trad: SOUZA, P. C), São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2012.
- OLIVEIRA, M. V. A ação clínica e os espaços institucionais das políticas públicas: desafios éticos e técnicos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (C.F.P). **Ano da psicoterapia: textos geradores**, 2009, p. 106-130.
- PEREIRA, S. L. M. Psicologia: características da profissão. **Boletim de Psicologia**, XXVI, n.69, 41-50. 1975.
- PENNA, A.G. A Formação de psicólogos no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.32, n. 1, p. 545-548, 1980.
- PEREIRA, F. M.; PEREIRA NETO. A. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

PESSOTI, I. Notas para uma história da psicologia brasileira. Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Quem é psicólogo brasileiro?**, São Paulo, Edicon. 1988.p. 273-297.

PFROMM NETTO, S. Psicologia, psicologias: velhos e novos olhares. Algumas considerações sobre o passado, o presente e o futuro da psicologia como ciência, profissão e ensino. **Psicologia em Pesquisa**, v.1,n.1, 8-13.2007

PORTELA, A. M. A crise da psicologia clínica do mundo contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 131-140, 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto político pedagógico do curso de psicologia**. Belo Horizonte: PUC-MINAS, 2016. Disponível em:<http://portal.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/NOT_ARQ_NOTIC20171107164642.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RECHTMAN, R. O futuro da psicologia brasileira: uma questão de projeto político, **Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 69-77, 2015.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade, Petrópolis:RJ, ed. Vozes, 2011.

RUDÁ, C; COUTINHO, D; ALMEIDA FILHO, D. C. N. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004), **Memorandum**, 29, p. 59-85, 2015.

SANDER, J. A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a reforma psiquiátrica e os desafios contemporâneos. **Psicologia & Sociedade**, v.22, n.2, p.382-387, 2010.

SOARES. A. R. A psicologia no Brasil. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.30, n(esp.), 8-41, 2010.

TEIXEIRA, R. T. Repensando a Psicologia, **Paidéia**, s/v, p.51- 62, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia**. MACEIÓ: UFAL 2013. Disponível em: <http://coordenacaopsicologia.sites.uff.br/wpcontent/uploads/sites/100/2017/08/ProjetoPedagogico_bienio_2016-2017_versaoresumida.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia** RIBERÃO PRETO: FFCRLP, 2017. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IVjo4_eT4swJ:sistemas.ffcrlp.usp.br/down.php%3Fid%3D2726%26d+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia**. CUIABÁ: UFMT 2009. Disponível em: <<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.ppc/PlanoPedagogico/Download/126>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia**. Porto Alegre: UFRGS 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/cpsicologia/curso-de-psicologia-2013-habilitacao-psicologo/projpoliticopedag-psicologia>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia** Rio de Janeiro: UFF 2016-2017. Disponível em: <http://coordenacaopsicologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/100/2017/08/ProjetoPedagogico_bienio_2016-2017_versaoresumida.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia**. Florianópolis: UFFSC ,2009. Disponível em: <<http://psicologia.ufsc.br/files/2011/11/PROJ-PEDAGOGICO-NOVO-CURRICULO.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SIEBRA, Adolfo Jesiel. **A naturalização da psicologia na saúde: uma arqueogenealogia das práticas psicológicas na saúde pública brasileira**. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2018.

VIDAL, Paulo Eduardo Viana. A invenção da psicanálise e a correspondência Freud/Fliess. **Estilos da Clínica.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 460-479, dez. 2010.

VEIGA NETO, A. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2003.

_____. A. Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, p. 85-94, set./dez. 2009.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história**. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WEBER, S. Currículo mínimo e o espaço da pesquisa na formação do psicólogo. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília , v. 5, n. 2, p. 11-13, 1985.